

NÚBIA CRISTINA DE FREITAS

**A INFLUÊNCIA DA APOSENTADORIA RURAL NO *HABITUS* DA
MULHERIDOSA EM UM PEQUENO MUNICÍPIO DA ZONA DA MATA MINEIRA**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL
2017

Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Câmpus Viçosa

T

F866i Freitas, Núbia Cristina de, 1992-
2017 A influência da aposentadoria rural no *habitus* da mulher
idosa em um pequeno município da Zona da Mata Mineira /
Núbia Cristina de Freitas. – Viçosa, MG, 2017.
xiv, 81f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Inclui anexo.

Inclui apêndices.

Orientador: Simone Caldas Tavares Mafra.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Inclui bibliografia.

1. Idosos - Aposentadoria. 2. Idosas. 3. Usos e costumes.
I. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Economia
Doméstica. Programa de Pós-graduação em Economia
Doméstica. II. Título.

CDD 22 ed. 305.26

NÚBIA CRISTINA DE FREITAS

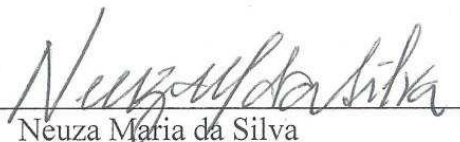
**A INFLUÊNCIA DA APOSENTADORIA RURAL NO *HABITUS* DA MULHER
IDOSA EM UM PEQUENO MUNICÍPIO DA ZONA DA MATA MINEIRA**

Dissertação apresentada à Universidade
Federal de Viçosa, como parte das
exigências do Programa de Pós-
Graduação em Economia Doméstica,
para obtenção do título de *Magister
Scientiae*.

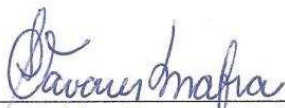
APROVADA: 14 de julho de 2017.



Thiago de Melo Teixeira da Costa



Neuza Maria da Silva



Simone Caldas Tavares Mafra
(Orientadora)

Dedico este trabalho à minha família,
em especial à minha mãe, Maria
Lúcia, por todo amor e dedicação, sem
os quais nada disto seria possível.

Nada te perturbe, nada te amedronte.
Tudo passa, a paciência tudo alcança.
A quem tem Deus nada falta.
Só Deus basta! (Santa Teresa D'Ávila).

AGRADECIMENTOS

A Deus, meu tudo, minha fortaleza, por sempre me dar forças para eu nunca desistir. À Virgem Maria, por me carregar no colo e me acalmar nas horas de desespero e angústia.

À Universidade Federal de Viçosa (UFV), pela oportunidade de realizar este estudo.

À Coordenação de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro.

À minha querida orientadora, Simone, pela oportunidade, pelo apoio e pela abertura em todos os momentos, a quem devo todo conhecimento adquirido nestes anos

À Emília, que foi muito mais que coorientadora, foi minha madrinha, amiga e mãe! Obrigada por sempre me socorrer, pela paciência, por me fazer uma pessoa melhor tanto no âmbito profissional quanto pessoal, pelos momentos compartilhados, que por sinal não foram poucos, por todo conhecimento adquirido e também por me ensinar a lutar pelos meus ideais.

À minha coorientadora Ana Louíse, pela disponibilidade, por estar sempre pronta a me orientar e pela valiosa contribuição!

À minha mãezinha, Maria Lúcia, mulher guerreira, a quem devo minha vida. Obrigada mãe, por todo amor e dedicação, por me ensinar a nunca desistir diante das dificuldades, por me fazer uma pessoa do bem e ainda por me transmitir um dos verdadeiros valores que uma pessoa pode ter – a humildade. Amo você!

À minha vizinha Terezinha (*in memoriam*), de quem jamais poderia esquecer. O que sou hoje devo à senhora. Minha eterna gratidão.

Ao meu marido e companheiro, Dorvino, por estar ao meu lado nesta caminhada. Obrigada por me amar e estar sempre ao meu lado em todos os momentos da minha vida, inclusive nos de desespero. Obrigada, amor, pela paciência, pelo cuidado e pelo incentivo.

À minha família, em especial ao meu sobrinho, Gabriel, amor da minha vida, obrigada por nos ensinar o verdadeiro sentido do amor, por trazer mais alegria e doçura para os nossos dias. À minha irmã, Rafaela, por acreditar em mim e por sempre me ouvir. Você também faz parte desta história. À minha Tia Rilza, por sempre me apoiar e acreditar na minha capacidade. À minha amiga e madrinha, Simone, obrigada por tudo, por acreditar em mim e por me amparar desde o início da caminhada. Não teria conseguido sem vocês!

À Estela, minha irmãzinha de coração, minha companheira de todas as horas. Você me ensinou o verdadeiro sentido da amizade, e como foi importante para mim ter seu apoio durante todos estes anos. Obrigada por sempre estar ao meu lado e por fazer meus dias mais leves e descontraídos. Foram tantos momentos vívidos, momentos de alegria e também de angústia. Você mora no meu coração!

Aos meus anjos da guarda, Vanessa e Alessandra, a quem costumo chamar de “anjos sem asas”. Deus foi maravilhoso por colocar vocês em meu caminho. Obrigada pela convivência, por me ensinar vários valores, dentre eles a calma, a paciência e a esperar em Deus.

Ao grupo de pesquisa Risco Social e Envelhecimento, a todos com que convivi por pouco e por mais tempo. Obrigada por fazerem parte da minha vida. Crescemos e aprendemos juntos.

Às meninas do 320, com que tive a oportunidade de conviver, jamais poderia me esquecer de vocês, vocês fizeram história em minha vida. Obrigada por todos os momentos de alegria que passamos juntas e por me ensinar a dividir e amar mais o próximo.

A todos meus amigos, professores e funcionários do Departamento de Economia Doméstica (DED) da UFV, que de alguma forma contribuíram para a realização deste sonho.

Agradeço também às minhas queridas idosas, por me acolherem em suas casas, por acreditar na seriedade do meu trabalho. Obrigada pela valiosa contribuição. Por meio de suas histórias pude perceber que envelhecer é uma dádiva de Deus.

Enfim, a todos, minha eterna gratidão!

BIOGRAFIA

NÚBIA CRISTINA DE FREITAS, filha de Maria Lúcia de Freitas, nascida em 19 de setembro de 1992, em Viçosa, Minas Gerais, Brasil.

Em março de 2011, ingressou no curso de graduação em Economia Doméstica na Universidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa, MG, formando-se em janeiro de 2015.

Entre agosto de 2012 e julho de 2014, foi bolsista de Iniciação Científica PIBIC/CNPq.

Em março de 2015, ingressou no Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, em nível de mestrado, na área de concentração Família, Políticas Públicas e Desenvolvimento Humano e Social.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	ix
LISTA DE QUADROS.....	x
LISTA DE TABELAS.....	xi
RESUMO.....	xii
ABSTRACT.....	xiv
1. INTRODUÇÃO GERAL.....	1
2. O PROBLEMA E SUA JUSTIFICATIVA.....	3
3. OBJETIVOS.....	4
3.1. Objetivo Geral.....	4
3.2. Objetivo Específicos.....	4
4. PERCURSO METODOLÓGICO.....	4
4.1. Tipo de pesquisa.....	4
4.2. Local do estudo.....	5
4.3. Sujeitos da pesquisa.....	7
4.4. Técnicas de coleta de dados.....	7
4.5. Análise e interpretação dos dados.....	9
5. REFÊRENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	10
ARTIGO 1 – A APOSENTADORIA RURAL E SUA INFLUÊNCIA NA VIDA DE MULHERES IDOSAS: O CASO DE PEDRA DO ANTA, MINAS GERAIS.....	14
1.RESUMO.....	14
2. ABSTRACT.....	14
3. INTRODUÇÃO.....	15
4. REFERENCIAL TEÓRICO.....	16
4.1 Breve histórico sobre a política de previdência social.....	16
4.2 O perfil sociodemográfico das idosas brasileiras.....	18
5. METODOLOGIA.....	24
5.1 Caracterização da pesquisa.....	24
5.2 Local do estudo.....	24
5.3 Sujeitos da pesquisa.....	24
5.4 Técnicas de coleta de dados.....	24
5.5 Análise dos dados.....	25
6. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	26
7. CONCLUSÃO.....	34
8. REFÊRENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	34
ARTIGO 2 – MUDANÇAS NA VISÃO SOCIAL DE MUNDO DAS MULHERES IDOSAS APÓS O ACESSO AO BENEFÍCIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL.....	39
1. RESUMO.....	39

1. ABSTRACT.....	39
2. INTRODUÇÃO.....	40
3. REFERENCIAL TEÓRICO.....	40
4.1 Conceito de <i>habitus</i> na perspectiva feminina.....	40
4.2 Mudanças ocorridas no consumo familiar após o acesso ao benefício da previdência social rural.....	42
5. MÉTODOS.....	43
6. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	44
7. CONCLUSÃO.....	46
8. REFÊRENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	47

ARTIGO 3 – O IMPACTO DO RECEBIMENTO DA APOSENTADORIA PERCEBIDO PELA MULHER RURAL E URBANA..... 48

1. RESUMO.....	48
2. ABSTRACT.....	48
3. INTRODUÇÃO.....	49
4. REFERENCIAL TEÓRICO.....	50
4.1 Mudanças no estado de bem-estar social, a partir da previdência rural.....	50
4.2 O impacto da previdência social rural para a mulher idosa rural e urbana.....	52
5. METODOLOGIA.....	53
5.1 Caracterização da pesquisa.....	53
5.2 Local do estudo.....	53
5.3 Sujeitos da pesquisa.....	53
5.4 Técnica de coleta e análise dos dados.....	53
6. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	55
7. CONCLUSÃO.....	61
8. REFÊRENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	61
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	64
APÊNDICE I – QUESTIONÁRIO.....	65
APÊNDICE II - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	76
ANEXO I – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP-UFV.....	79

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01: Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade, Brasil, 2000	19
FIGURA 02: Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade, Brasil, 2010	19
FIGURA 03: Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade, Minas Gerais, 2000	20
FIGURA 04: Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade, Minas Gerais, 2010	21
FIGURA 05: Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade, Pedra do Anta, MG, 2000	21
FIGURA 06: Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade, Pedra do Anta, MG, 2010	22
FIGURA 06: Porcentagem de idosas entrevistadas de acordo com a zona urbana e rural, no município do Pedra do Anta, MG, 2016	26

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01: Dados da microrregião de Viçosa	06
QUADRO 02: Dados da população de Pedra do Anta	07
QUADRO 03- Satisfação das entrevistadas com o papel da aposentadoria em suas vidas, Pedra do Anta, MG, 2016	31
QUADRO 04 – Estado civil das entrevistadas de acordo com o meio rural e urbano, Pedra do Anta, MG, 2016	55
QUADRO 05- Grau de satisfação das entrevistadas com a aposentadoria, Pedra do Anta, MG, 2016	59

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 – Produto Interno Bruto (PIB) do município de Pedra do Anta, MG	05
TABELA 02 – Grau de escolaridade das mulheres idosas entrevistadas, Pedra do Anta MG, 2016	28

RESUMO

FREITAS, Núbia Cristina de, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, julho de 2017. **A influência da aposentadoria rural no *habitus* da mulher idosa em um pequeno município da Zona da Mata mineira.** Orientadora: Simone Caldas Tavares Mafra. Coorientadoras: Emília Pio da Silva e Ana Louise de Carvalho Fiúza.

O objetivo deste estudo foi analisar a influência da aposentadoria rural no *habitus* da mulher idosa, considerando as mudanças advindas a partir do recebimento desse benefício. O Brasil caminha para se tornar um país de velhos, e dentro desse grande contingente populacional destacam-se as mulheres idosas, uma vez que elas somam a maioria da população. Considerando esses aspectos demográficos, assim como a política previdenciária que oferece suporte a esse grupo na velhice, buscou-se analisar as transformações advindas após o recebimento da aposentadoria, a partir da institucionalização do *habitus* em suas vidas. A pesquisa procurou ainda trazer à baila a importância da política de previdência social na vida das mulheres idosas, visto que, após desfrutar dessa renda, elas se tornam mais independentes e autônomas. Para efeitos de classificação e considerando o objetivo da pesquisa, ela pode ser classificada como descritiva-explicativa. Em termos metodológicos, foram utilizados procedimentos de coleta e análise de dados quantitativos e qualitativos. Para realização do estudo escolheu-se o município de Pedra do Anta, pertencente à Zona da Mata mineira. Essa escolha se deve ao fato de ele ser o município com o maior número de idosos da microrregião de Viçosa. A amostra da pesquisa foi representativa da população, tendo sido constituída por 80 idosas, sendo 55 residentes na zona urbana e 25 na zona rural. Os dados foram categorizados, analisados e testados por meio do software *Statistical Package for Social Science* (SPSS) versão 20.0. Os resultados da pesquisa mostraram a importância da política de previdência para o público idoso, em especial para a mulher idosa, que passa a assumir o papel de provedora a partir do recebimento do benefício. Além disso, o estudo mostra a mudança de *habitus* na vida das aposentadas, pois elas passam a ver a vida de outra forma e a se organizar diante dessa renda. Com a segurança de uma renda mensal, essas mulheres desenvolvem *habitus* e práticas distintas. Por meio dessa renda elas realizam mudanças na estrutura da casa, como reformas, adquirem móveis e utensílios domésticos e ainda adotam novos hábitos alimentares. Os dados mostraram ainda que a aposentadoria é importante tanto para as mulheres residentes no meio urbano quanto no meio rural. No entanto, constatou-se que o direito previdenciário tem uma posição de destaque na vida da mulher rural, pois, após

muitos anos de dependência financeira de seu cônjuge, ela passa a ter sua própria renda e a decidir sobre o seu próprio dinheiro.

ABSTRACT

FREITAS, Núbia Cristina de, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, July, 2017. **The influence of rural retirement on the *habitus* of elderly women in a small municipality in Zona da Mata ,Minas Gerais.** Adviser: Simone Caldas Tavares Mafra. Co-advisers: Emília Pio da Silva and Ana Louise de Carvalho Fiúza.

The objective of this study was **to** analyze the influence of rural retirement benefits on the *habitus* of elderly women, based on the changes observed upon attainment of these benefits. Brazil will soon become a country of old people, with elderly women standing out, since they make up the majority of the population. Considering these demographic aspects, as well as the social security policy supporting this group during old age, this work aimed to analyze the transformations that took place in their lives after obtaining fully retirement insured status, based on the implementation of the *habitus* in their lives. We also highlight the importance of social security policy in the life of elderly women, since after attaining fully insured status, they become more independent and autonomous. According to its objective, this work was classified as descriptive-explanatory with quantitative and qualitative data collection and analysis procedures being used as methodology. This work was carried out in the municipality of Pedra do Anta, in Zona da Mata, a region presenting the largest number of elderly people in the micro-region of Viçosa. The sample was representative of the population, comprising 80 elderly women, 55 of whom lived in the urban area and 25 in the rural area. Data were categorized, analyzed and tested using the Statistical Package for Social Science (SPSS) software version 20.0. The results obtained showed the importance of social insurance policy for the elderly, especially for elderly women, who attain the status of family providers after receiving the retirement benefits. In addition, the study shows *habitus* changes in the lives of the retirees, as they change their life outlook and the way they organize. The security of a monthly retirement insurance benefit allows these women to develop *habitus* and different practices, such as house renovations, household furniture and utensil purchases, as well as adoption of new eating habits. The data also showed that retirement is important for both urban and rural women. However, it was found that social security retirement benefits play an important role in the life of rural women, allowing them to become financially independent after being economically dependent on their spouses for many years.

1. INTRODUÇÃO GERAL

O País vive hoje um novo perfil demográfico, com o aumento expressivo da população com 60 anos ou mais e o baixo nível de fecundidade (ALBURQUERQUE et al., 1999; RAMOS e AREND, 2012). Nos próximos anos, o processo de envelhecimento no Brasil ocorrerá de forma mais acelerada que nos países desenvolvidos. De acordo com Veras (2012), a população idosa brasileira vai triplicar nas próximas quatro décadas, totalizando 65 milhões em 2050. Além disso, os idosos em idade ativa somarão 49% em 2050, e a população escolar diminuirá substancialmente, o que contribui para uma maior pressão fiscal sobre as políticas de saúde e previdência social. Além disso, os idosos defrontam com sistemas e instituições criadas em outro contexto, que muitas vezes não atendem à sua realidade, no que se refere à política de bem-estar e ao processo de envelhecimento.

Com o aumento do número de pessoas com 60 anos ou mais, e consequentemente com o aumento nos gastos com o sistema de saúde, surge a necessidade de ações preventivas, principalmente relacionadas às doenças crônicas que acometem grande parte dos idosos. A prevenção e o retardamento do surgimento dessas enfermidades são fatores que colaboram para que no futuro os idosos preservem sua capacidade funcional, sua autonomia e também sua independência, passando a ser menos dependentes da assistência advinda das políticas de saúde e de previdência. A saúde e a previdência precisam ser vistas como direito, e não como forma de assistência para manter a saúde e a sobrevivência (VERAS, 2012).

Cada sociedade possui diferentes formas de prover o bem-estar por meio do seguro social, o que está diretamente ligado às suas peculiaridades históricas, sociais, econômicas e políticas. Desta maneira, pode-se afirmar que o bem-estar social é baseado no compromisso do Estado e está ligado ao estado democrático de direito, que tem como intuito promover a segurança social e também o crescimento econômico. Uma forma do Estado manter essa relação com a sociedade, garantindo o bem-estar e a segurança social, é por meio da previdência social, uma vez que seu objetivo é assegurar legalmente à classe trabalhadora recursos financeiros quando ela é afastada do mercado de trabalho, seja por invalidez, doença ou idade avançada (SILVA, 2014).

A previdência social está baseada no conceito de seguro, ou seja, o indivíduo contribui no presente por um benefício que receberá no futuro (ACHUTTI e AZAMBUJA, 2004; LIMA et al., 2012). Os critérios utilizados nesse cálculo são: longevidade, estrutura etária da população e taxa de emprego. No entanto, o conceito de seguridade é baseado em um contrato

social, em que o recebimento do benefício aparece como sendo um direito do cidadão (ACHUTTI e AZAMBUJA, 2004).

O sistema previdenciário tem vivenciado um quadro de intensas reformas. As mudanças propostas e também as já ocorridas têm por objetivo reduzir o desequilíbrio fiscal do sistema, bem como torná-lo mais igualitário e atraente. O sistema atual possui caráter de proteção social de grupos considerados vulneráveis economicamente, principalmente quando fazemos referência a trabalhadores rurais, em especial às mulheres. No entanto, essas reformas podem modificar essa proteção, o que trará prejuízos a esses indivíduos no que se refere ao seu bem-estar (MARRI et al., 2011).

Nessa nova dinâmica demográfica as reformas atingirão principalmente as mulheres idosas, uma vez que elas vivem cinco a sete anos a mais que os homens. Porém, viver mais não tem sido sinônimo de viver melhor (NICODEMO e GODOI, 2010). Essas mulheres tiveram uma trajetória marcada pela baixa escolaridade, muitas não conseguiram qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho formal e ainda vivenciam um ambiente sociocultural pautado pela forte ideologia de gênero, que prescreve um papel subalterno à mulher na sociedade (NASCIMENTO, 2001).

Essas questões alertam para a necessidade de amparo a essas mulheres na velhice, principalmente no que se refere à política de bem-estar social. Desde o fim da década de 1980, o governo tem proposto, por meio da Constituição Federal, políticas que visam assegurar os direitos sociais dessas idosas. De acordo com Horbach (2012), a Constituição de 1988 trouxe benefícios para as mulheres, pois elas passaram a ter direito à aposentadoria por idade e também a outros benefícios da previdência social. Além disso, garantiu a aposentadoria para os homens com 60 anos e mulheres com 55 anos que vivem na área rural.

A inclusão das mulheres no regime da previdência social trouxe algumas mudanças em suas vidas, pois elas passaram a ser beneficiárias de aposentadoria por idade, o que lhes concedeu maior independência pela posse de seu próprio dinheiro. Essas medidas afetaram de forma direta a renda e o bem-estar das mulheres residentes na zona rural (HORBACH, 2012). Possuir ou não uma renda tem influenciado diretamente no papel da mulher no seio familiar, pois elas deixam de ocupar o posto de dependentes para assumir outros papéis.

O objetivo da presente pesquisa foi investigar a influência da aposentadoria rural no *habitus* da mulher idosa que vive no campo e na cidade. Devido à escassez de pesquisas que abordem essa temática, o estudo se faz inovador, uma vez que ele possui uma perspectiva

comparativa, que tem como foco a mulher idosa aposentada. Acredita-se que a renda seja responsável por diversas mudanças ocorridas na vida dessas idosas.

Além disso, os estudos sobre a mulher idosa aposentada nos permitem entender de forma diferenciada as dinâmicas de residir na zona rural ou no meio urbano, as relações de gênero, as políticas públicas e a previdência social rural, diante das mudanças que ocorrem na vida dessas mulheres partir do acesso ao benefício. A pesquisa contribuirá para enriquecer as discussões sobre gênero, políticas públicas e envelhecimento, bem como irá ajudar na elaboração de programas e projetos futuros.

2. O PROBLEMA E SUA JUSTIFICATIVA

No Brasil, a previdência social se caracteriza como sendo uma importante política na área social, cujo objetivo é assegurar a renda a trabalhadores e seus familiares, em caso de perda da capacidade funcional (REIS et al., 2015). Dentro desse contexto, destacam-se as mulheres idosas, pois esse benefício pode proporcionar o reconhecimento do seu trabalho, muitas vezes entendido apenas como uma forma de ajuda. Esse fato pode ser comprovado nos estudos de Freitas et al. (2015). As autoras constataram que grande parcela das aposentadorias rurais concedidas por idade é destinada às mulheres, o que se deve às dificuldades no reconhecimento do trabalho das mulheres no campo.

As autoras realizaram um estudo sobre a concessão de benefícios no período de 2011 a 2013 e constataram que houve aumento na concessão de aposentadorias rurais no referido período. Soares (2009) corrobora com esse estudo, ao afirmar que os direitos previdenciários no campo estão sendo ampliados e que as mudanças demográficas e o aumento do número de idosos têm contribuído para esse aumento. Além disso, Biolchi e Schneider (2003) afirmam que a proporção de benefícios concedidos pela previdência no Rio Grande do Sul foi maior para o público feminino. De acordo com as autoras, isso se deve ao fato de as mulheres terem sido incluídas no regime previdenciário a partir da Constituição de 1988, quando elas passaram a ter direito ao recebimento da aposentadoria por idade a partir dos 55 anos. Deste modo, sua maior participação no total de benefícios concedidos pode estar ligada ao limite de idade, por ser inferior à dos homens. Isso também se deve a fatores como viuvez, uma vez que a expectativa de vida feminina é maior que a masculina.

A aposentadoria passou a representar um rendimento fixo para o homem. No entanto, essa conquista se mostrou mais relevante para as mulheres, até então acostumadas à condição de dependentes. Em função do contexto aqui apresentado, tem-se as seguintes questões: De

que forma o benefício da previdência social rural impacta a vida da mulher idosa e de sua família? Houve mudanças no *habitus* da mulher idosa a partir do recebimento do benefício? Se houve mudanças, quais foram e como se distinguem, considerando a mulher idosa que vive no campo e na cidade?

A busca de respostas para esses questionamentos e o fato de a aposentadoria ser uma importante política social para mulheres idosas justificam o estudo em questão, uma vez que, a partir da análise dos impactos do benefício na vida das idosas residentes nos diferentes territórios (urbano e rural), será possível a formulação de políticas públicas específicas para atender essas mulheres, que vivenciam cotidianos diferenciados ao longo do processo de envelhecimento.

3. OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

Analisar a influência da aposentadoria rural no *habitus* da mulher idosa, considerando as mudanças advindas a partir do recebimento do benefício.

3.2 Objetivos específicos:

- Verificar a influência da aposentadoria rural na vida das mulheres idosas.
- Verificar as mudanças na visão social de mundo das mulheres idosas após o acesso ao benefício da previdência social rural.
- Comparar o impacto percebido pela mulher rural e urbana após o recebimento da aposentadoria.

4. PERCURSO METODOLÓGICO

4.1 Tipo de pesquisa

De acordo com os objetivos propostos, esta pesquisa pode ser classificada como descritiva-explicativa, uma vez que ela permitiu descrever as mudanças ocorridas na vida das mulheres idosas a partir do recebimento do benefício da previdência social. De acordo com Gil (2008), a pesquisa descritiva tem como objetivo principal a descrição de eventos e características de determinada população ou fenômeno e, ainda, estabelece relações entre variáveis. A pesquisa explicativa se preocupa em identificar fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Esse tipo de estudo possui maior aproximação

do conhecimento com a realidade, visto que ele explica a razão e o porquê dos fatos estudados.

Este estudo também envolveu as abordagens qualitativa e quantitativa. Para Minayo (1993), a relação entre as abordagens qualitativa (subjetividade) e quantitativa (objetividade) não se reduz a um *continuum*, e elas não devem ser pensadas como sendo contraditórias. As duas abordagens permitem que as relações sociais possam ser analisadas nos seus diferentes aspectos e que sejam aprofundadas em significados essenciais, ou seja, a pesquisa quantitativa pode colocar questões para serem aprofundadas qualitativamente e vice-versa.

4.2 Local do estudo

A pesquisa foi realizada no município de Pedra do Anta, Minas Gerais. Essa escolha se deve ao fato de ele ser o município com o maior número de idosos da microrregião de Viçosa. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Pedra do Anta possui uma população de 3.365 habitantes (IBGE, 2010). Segundo Veiga (2000), o Brasil é menos urbano do que se calcula, uma vez que não deveriam ser considerados urbanos os habitantes de municípios pequenos demais, com uma população inferior a 20 mil habitantes. Levando em consideração a conceituação de Veiga (2000), o município de Pedra do Anta pode ser considerado pequeno, fortemente movido pela economia agrícola, como pode ser observado na Tabela 01, a seguir:

Tabela 01– Produto Interno Bruto (PIB) do município de Pedra do Anta, MG.

	PIB Agropecuário	PIB Industrial	PIB Serviços	PIB <i>per capita</i>
Pedra do Anta	5.279	1.438	7.565	8.561,66

Fonte: Censo demográfico (2010) – IBGE/Cidades/Minas Gerais.

Do total dos habitantes do município, 18,81% (633) pertencem à população idosa (IBGE, 2010). Esse fenômeno pode ser comprovado no Quadro 01.

Quadro 01: Dados populacionais da microrregião de Viçosa.

Cidades da Microrregião de Viçosa, MG	População Total	Idosos	(%) Idosos
Alto Rio Doce	12.159	1.955	16,08
Amparo do Serra	5.053	801	15,85
Araponga	8.152	868	10,65
Brás Pires	4.637	761	16,41
Cajuri	4.047	591	14,60
Canaã	4.628	675	14,59
Cipotânea	6.547	965	14,74
Coimbra	7.054	1.083	15,35
Ervália	17.946	2.271	12,65
Lamim	3.452	546	15,82
Paula Cândido	9.271	1.296	13,98
Pedra do Anta	3.365	633	18,81
Piranga	17.232	2.343	13,60
Porto Firme	10.417	1.491	14,31
Presidente Bernardes	5.537	922	16,65
Rio Espera	6.070	1.028	16,94
São Miguel do Anta	6.760	993	14,69
Senhora de Oliveira	5.683	818	14,39
Teixeiras	11.355	1.729	15,23
Viçosa	72.220	8.068	11,17

Fonte: Censo demográfico 2010/IBGE.

Constatou-se que o número de mulheres idosas residentes no município de Pedra do Anta é superior ao de homens idosos, o que comprova o fenômeno da feminização da velhice, conforme ilustra o Quadro 02.

Quadro 02: Dados da população de Pedra do Anta.

População	Pedra do Anta
Total de mulheres urbanas de 60 a 69 anos	102
Total de homens urbanos de 60 a 69 anos	94
Total de mulheres urbanas de 70 anos ou mais	126
Total de homens urbanos de 70 anos ou mais	98
Total de mulheres rurais de 60 a 69 anos	52
Total de homens rurais de 60 a 69 anos	55
Total de mulheres rurais de 70 anos ou mais	53
Total de homens rurais de 70 anos ou mais	53
Total de mulheres idosas	333
Total de homens idosos	300
Total de idosos	633

Fonte: Censo demográfico (2010) – IBGE/Cidades/Minas Gerais.

4.3 Sujeitos da pesquisa

A pesquisa envolveu mulheres aposentadas de 60 anos ou mais, pois o Estatuto do Idoso (2003) considera idoso o indivíduo com idade acima de 60 anos.

4.4 Técnicas de coleta de dados

Com intuito de responder aos objetivos da pesquisa, foi feita a coleta de dados primários, utilizando os seguintes procedimentos metodológicos: o primeiro passo foi selecionar as idosas a serem entrevistadas, considerando o critério: mulheres que eram aposentadas e que tinham 60 anos ou mais. Para identificação do número total de mulheres idosas que recebiam o benefício, foram utilizados dados cadastrais dos domicílios, fornecidos pelo Programa de Saúde da Família (PSF) da Secretaria Municipal de Saúde e pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais do município de Pedra do Anta.

As planilhas fornecidas pelo PSF continham o nome de todas as pessoas que tinham 60 anos ou mais residentes no município e a data de nascimento, no entanto elas não informavam se esses indivíduos eram aposentados. Nessas planilhas, os dados de idosos residentes na zona urbana e rural estavam separados por setores, e um grupo de agente era

responsável pela zona urbana e outro pela rural. Os dados da zona rural traziam também o nome da localidade onde os idosos residiam, o que facilitou a busca. Após análise, foram excluídos os homens e selecionadas as mulheres. Já os dados fornecidos pelo sindicato eram fichas de cadastro, com o nome das idosas, a data de nascimento e se elas eram aposentadas ou não.

No entanto esses dados eram escassos, pois muitas mulheres cadastradas eram beneficiadas pela aposentadoria rural e ainda não tinham 60 anos, o que as excluía do estudo. Com os dados das duas entidades em mãos, foi feita uma busca ativa dessas idosas.

Para definição do número de idosas entrevistadas, utilizou-se a equação da proporção finita, sugerida por Bolfarine e Bussab (2005):

$$n = \frac{Z_{\alpha/2}^2 \times \hat{p} \times \hat{q} \times N}{Z_{\alpha/2}^2 \times \hat{p} \times \hat{q} + (N-1)E^2}$$

em que

n = tamanho amostral;

Z = valor tabelado de uma distribuição normal;

N = tamanho populacional;

E = margem de erro ou erro máximo de estimativa;

p = proporção populacional de indivíduos que pertencem à categoria que se está estudando;

q = proporção populacional de indivíduos que não pertencem à categoria que se está estudando (q = 1 – p); e

α = nível de significância.

Para identificar o tamanho amostral (n) das idosas aposentadas residentes em Pedra do Anta, foram adotados os seguintes valores: Z foi igual a 1,64; como p e q são desconhecidos, eles foram substituídos por 0,5, uma vez que foram adotadas a margem de confiança de 90% e a margem de erro de 10%; e o N foi igual a 333. Ao utilizar a equação, obtivemos o seguinte resultado: $n = (1,64)^2 \times 0,5 \times 0,5 \times 333 / (1,64)^2 \times 0,5 \times 0,5 + (333-1)(0,10)^2 = 57$. Desta forma, a amostra foi de 57 entrevistadas, sorteadas dentre os 333 indivíduos da população.

Todavia, sabe-se que a amostra é sempre o valor mínimo, portanto, apesar do valor calculado corresponder a 57, foram entrevistadas 80 idosas, definidas pelo critério de

saturação. Considerando que o total de mulheres com 60 anos ou mais era 333 (100%), sendo a população de mulheres idosas urbanas igual 228 (68,47%) e das rurais igual a 105 (31,53%), foi calculada a porcentagem de mulheres idosas que seriam entrevistadas nesses dois locais. Então, partir dessas porcentagens e considerando as 80 idosas, calculou-se o número exato de mulheres a serem entrevistadas em cada zona. O resultado apontou que seriam 55 idosas aposentadas residentes na zona urbana e 25 no meio rural.

Após obter o número exato de idosas aposentadas que participariam do estudo, foi estabelecido contato com as mulheres idosas para o agendamento da visita domiciliar, onde foram realizadas as entrevistas semiestruturadas. Segundo Boni e Quaresma (2005), as entrevistas semiestruturadas combinam perguntas abertas e fechadas, em que o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o assunto proposto. O pesquisador deve seguir o roteiro previsto, porém a conversa pode ser conduzida de maneira informal. O entrevistador deve dirigir as discussões para o tema estudado, podendo também fazer perguntas adicionais, para esclarecer respostas que não ficaram claras.

A entrevista abordou o perfil socioeconômico, pessoal e familiar das idosas e as principais mudanças decorrentes a partir do recebimento do benefício da previdência social. A entrevista possuía 26 questões, formuladas com base em estudos já realizados (BEZERRA, 2006; BARROS, 2014; CORRÊA, 2010). Em duas dessas questões foi utilizada a escala *likert*, com o intuito de medir o grau de satisfação das idosas com a aposentadoria.

Como a pesquisa trabalhou diretamente com seres humanos, em todo o processo foram atendidos os princípios éticos dispostos na resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, sendo este trabalho encaminhado ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa (CEP-UFV) para avaliação, antes da coleta de dados. O estudo em questão foi autorizado pelo CEP-UFV, por meio do CAAE: 57657816.8.0000.5153 e do parecer de número 1.668.655 (ANEXO I). Nas entrevistas utilizou-se o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE II), assinado pelas entrevistas em duas vias, sendo uma entregue à idosa e outra à pesquisadora. No TCLE daquelas que não tinham condições de assinar, por motivo de analfabetismo, foi usada a almofada de carimbo, para que elas pudessem bater o polegar.

4.5 Análise e interpretação dos dados

Após a coleta de dados, as respostas obtidas nas entrevistas tabuladas, categorizadas e descritas na forma de quadros, tabelas e texto, para melhor compreensão e visualização.

Depois da extração dos dados e da organização das categorias, os dados foram inseridos em uma planilha de *Excel* do software da *Microsoft Office*, a fim de transportá-los para o programa estatístico *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS) versão 20.0 (SPSS), para realização da Análise Exploratória de Dados (AED), o que possibilitou a descrição das variáveis da pesquisa, bem como a apresentação dos valores de frequência, porcentagens, média, entre outros.

As entrevistas foram gravadas com o consentimento das participantes. O áudio das questões foi transcrito e utilizado neste estudo, para ilustrar e reafirmar os dados descritos, sem qualquer identificação que possa revelar a identidade das entrevistadas. As falas foram transcritas, utilizando-se a referência entrevistada 1, entrevistada 2, e assim por diante, e a respectiva idade.

Ao final, buscou-se interpretar e discutir os resultados, apoiados na literatura, preocupando-se em responder as perguntas da pesquisa e os objetivos deste estudo.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHUTTI, A; AZAMBUJA, M. I. R. Doenças crônicas não-transmissíveis no Brasil: repercussões do modelo de atenção à saúde sobre a seguridade social. **Revista Ciência & saúde coletiva**. 2004, v. 9, n. 4. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/csc/v9n4/a02v9n4.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2017.

ALBUQUERQUE, F. J. B.; LÔBO, A. L; RAYMUNDO, J. S. Análise das repercussões psicossociais decorrentes da concessão de benefícios rurais. **Revista Psicologia: Reflexão e Crítica**. Porto Alegre. V. 12, n. 2, 1999. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79721999000200016&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 11 jun. 2017.

BARROS, V. A. M. **A aposentadoria rural e as mudanças nos modos de vida dos idosos que vivem no campo: em análise os municípios de Piranga e São Miguel do Anta, Minas Gerais**. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Magister Scientiae*. Viçosa, 2014. Disponível em:<<http://locus.ufv.br/bitstream/handle/123456789/4209/texto%20completo.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 27 jun. 2016.

BEZERRA, A.J.A. **A agricultura familiar e a universalização dos direitos sociais: Estudo sobre a previdência social rural no município do Morro Redondo**. Tese (Doutorado em Agronomia) – Programa de Pós-Graduação em Agronomia, Universidade Federal de Pelotas. Rio Grande do Sul. 2006. Disponível em<http://www.guaiaa.ufpel.edu.br/bitstream/123456789/2096/1/tese_Antonio_Jorge_Amaral_Bezerra.pdf>. Acesso em: 08 set. 2016.

BIOLCHI, M; SCHNEIDER, S. A previdência social e seus impactos sociais e econômicos no meio rural do Rio Grande do Sul. **Revista Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.30, n.4, p.27-42, 2003. Disponível em:<<http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/producaotextual/Sergio%20Schneider/schneider-sergio->

biolchi-marilza-a-previdencia-social-e-seus-impactos-sociais-e-economicos-no-meio-rural-do-rio-grande-do-sul-revista-indicadores-economicos-fee-porto-alegre-v-30-n-4-p-27-42-2003>. Acesso em: 02 mar. 2017.

BOLFARINE, H.; BUSSAB, W. O. **Elementos de Amostragem**. Edgar Blücher, São Paulo, 2005.

BONI, V; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**. V. 2 n. 1, 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/viewFile/18027/16976>>. Acesso em: 01 Set. 2016.

CORRÊA, D. S. S. **Modo de vida a várzea: Políticas sociais e nova ruralidade. Estudo em uma localidade da reserva de desenvolvimento sustentável Mamirauá**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Ciências Sociais – PPGCS do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Pará, como parte dos requisitos à obtenção ao título de Mestre em Ciências Sociais, área de concentração em Sociologia. Belém, 2010. Disponível em: <http://www.mamiraua.org.br/cms/content/public/documents/publicacao/98b84808-4cb1-476f-a0f5-e7033df62e6f_Corr%C3%AAa,%20D%C3%A1vila.%20Modo%20de%20vida...pdf>. Acesso em: 08 de set. 2017.

OLIVEIRA, A. **Estatuto do Idoso**: Comentado, legislação federal e completo com a coletânea das normas federais protetivas do idoso/ André Oliveira. Rio de Janeiro: Imprinta Express: Five star, 2004. p.160.

FREITAS, N. Cet al. **Aposentadoria Rural: Um estudo sobre a concessão do benefício no período de 2011 a 2013**. IV Congresso Internacional de Envelhecimento Humano. Campina Grande, 2015. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/cieh/trabalhos/TRABALHO_EV040_MD2_SA14_ID1321_03072015100359.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2017.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 200p.

HORBACH, J. **Aposentadoria rural por idade e a influência desta renda no bem estar de famílias rurais do município de Horizontina**. Horizontina, 2012. Disponível em: <http://www.fahor.com.br/publicacoes/TFC/Economia/2012/Juliana_Horbach.pdf>. Acesso em: 03 Set. 2016.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2014/default_tab_xls.shtm>. Acesso em 29 fev. 2017.

INSTITUO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2011). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/sinopse/default_sinopse.shtm>. Acesso em: 29 Ago. 2016.

LIMA, D. V. et al. O Impacto do Fator Previdenciário nos Grandes Números da Previdência Social. **Revista Contabilidade & Finanças**. São Paulo, v. 23, n. 59. 2012. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/rcf/v23n59/v23n59a05.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2017.

MARRI, I. G; ANDRADE, M. V; WAJNMAN, S. Reforma da Previdência Social: simulações e impactos sobre os diferenciais de sexo. **Revista brasileira de Estudos Populacionais**. Rio de Janeiro, 2011. v. 28, n. 1, p. 37-56. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v28n1/a03v28n1>>. Acesso em: 11 jun. 2017.

MINAYO, M. C. S; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição complementaridade? **Revista Caderno de Saúde Pública**. 1993. v. 9, n.3, p. 237-248. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/csp/v9n3/02.pdf>>. Acesso em: 20 Ago. 2017.

NASCIMENTO, M. R. **Feminização do envelhecimento populacional: Expectativas e realidades de mulheres idosas quanto ao suporte familiar**. 2001. Disponível em:<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/outraspub/envelhecimento/Env_p191a218.pdf>. Acesso em: 07 Set. 2016.

NICODEMO, D; GODOI, M. P. Juventude dos anos 60 - 70 e envelhecimento: estudo de casos sobre feminização e direitos de mulheres idosas. **Revista Ciência em Extensão**, v. 6, n. 1, 2010. Disponível em:<http://ojs.unesp.br/index.php/revista_proex/article/view/324/341>. Acesso em: 20 ago. 2016.

RAMOS, M. P; AREND, S. C. O impacto da reforma da previdência social rural brasileira nos arranjos familiares: uma análise para entender a composição dos domicílios dado o aumento da renda dos idosos. **Revista brasileira de estudos populacionais**. 2012, v. 29, n. 1. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v29n1/v29n1a05.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2017.

REIS, P. R. C. et al. Impactos das Aposentadorias e Pensões no Nível de Bem-Estar Social dos Domicílios de Minas Gerais. **Revista Contabilidade e Finanças**. São Paulo, v. 26, n. 67, 2015. Disponível em:<http://www.scielo.br/pdf/rcf/v26n67/pt_1519-7077-rcf-26-67-00106.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2017.

SILVA, L. L. **Formação do sistema previdenciário brasileiro: fatores históricos e econômicos**. Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, para obtenção do título *Magister Scientiae*. Viçosa, 2014. Disponível em:<<http://locus.ufv.br/bitstream/handle/123456789/1989/texto%20completo.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 14 de ago. 2017.

SOARES G. L. B. **A Aposentadoria Rural**. Instituto de estudos previdenciários [Internet]. 2009. Disponível em: <http://www.ieprev.com.br/conteudo/id/13897/t/a-aposentadoria-rural>. Acesso em: 26 mai. 2017.

VEIGA, J. E. **Cidades Imaginárias**. O Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

VERAS, R. P. Prevenção de doenças em idosos: os equívocos dos atuais modelos. **Revista Cadernos de Saúde Pública**. 2012, v. 28, n.10. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/csp/v28n10/03.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2017.

ARTIGO 1 – A APOSENTADORIA RURAL E SUA INFLUÊNCIA NA VIDA DE MULHERES IDOSAS: O CASO DE PEDRA DO ANTA, MINAS GERAIS.

1. RESUMO

A redução da mortalidade ao nascimento tem beneficiado ambos os sexos, em especial as mulheres, o que está relacionado a fatores como: a ampliação da cobertura previdenciária, o maior acesso aos serviços de saúde e os avanços da medicina. Dentro desse contexto destacam-se os benefícios previdenciários, pois eles têm desempenhado um papel crucial na diminuição da pobreza e na melhoria da distribuição de renda dos idosos brasileiros, principalmente entre as mulheres. O presente estudo teve como objetivo verificar a influência da aposentadoria rural na vida de mulheres idosas, residentes no município de Pedra do Anta, Minas Gerais. Essa escolha se deve ao fato de ele ser o município com o maior número de idosos da microrregião de Viçosa. A pesquisa caracterizou-se como sendo descritiva-explicativa, com abordagens qualitativa e quantitativa. Foram entrevistadas 80 idosas. Após a coleta, os dados foram analisados por meio do programa estatístico *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS). Constatou-se a importância que o direito à aposentadoria tem na vida das mulheres idosas, uma vez que esse benefício deu a elas maior estabilidade financeira e, conseqüentemente, melhor qualidade de vida.

Palavras-chave: Envelhecimento; Mulher idosa; Aposentadoria.

2. ABSTRACT

The reduction of mortality at birth has benefited both sexes, especially women. This is related to many factors, such as: increased social security benefits, greater access to health services and advances in medicine. Within this context, social security benefits stand out, as they have played a crucial role in reducing poverty and improving the income distribution among the Brazilian elderly, especially women. This study aimed to verify the influence of rural retirement insurance benefits on the life of elderly women in the municipality of Pedra do Anta, Minas Gerais. This municipality was chosen since it presents the largest number of elderly inhabitants in the micro-region of Viçosa. The study was characterized as being descriptive-explanatory, with qualitative and quantitative approaches. A total of 80 elderly women were used and the data collected were analyzed using the program *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS). It was verified that retirement insurance benefits played an important role in the lives of elderly women, allowing them greater financial stability and, consequently, a better quality of life.

Keywords: Aging; Old woman; Retirement.

3. INTRODUÇÃO

A esperança de vida ao nascer tem aumentado no Brasil, o que está relacionado a fatores como a ampliação da cobertura previdenciária, o maior acesso aos serviços de saúde e os avanços na medicina, resultando na melhoria de suas condições de vida. A redução da mortalidade ao nascimento tem beneficiado ambos os sexos, principalmente as mulheres, o que pode ser constatado pela maior representatividade da população feminina entre os idosos (CAMARANO, 2003).

Dentro desse contexto destacam-se os benefícios previdenciários, pois eles têm desempenhado um papel crucial na diminuição da pobreza e na melhoria da distribuição de renda dos idosos brasileiros. Esses benefícios também têm afetado diretamente a composição dos arranjos familiares, a estrutura produtiva e a economia familiar de diversos municípios. O número de famílias onde convivem três ou mais gerações tem crescido. Em muitos casos, o papel tradicional do idoso tem mudado de dependente para provedor, o que tem resultado em seu maior empoderamento dentro do âmbito familiar, principalmente das mulheres idosas, consideradas as maiores beneficiárias no que diz respeito aos avanços na seguridade social (BELTRÃO et al., 2002).

Segundo Camarano (2003), a mulher continua desempenhando o papel de cuidadora, mas vem assumindo também o de provedora. Nota-se uma melhoria absoluta e relativa nas suas condições de vida. Do ponto de vista dos arranjos familiares, são crescentes as taxas de chefias de famílias femininas, em que a renda da mulher assume um papel muito importante no orçamento familiar.

As mudanças ocorridas com relação à posição das mulheres na família podem ser explicadas pelo aumento na proporção das mulheres chefes de família e pela redução na proporção de mulheres vivendo na casa de filhos e/ou na casa de outros parentes, o que poderia ser considerado um indicador de dependência. Essas mudanças no âmbito familiar podem estar associadas à ampliação da cobertura dos benefícios da seguridade social (CAMARANO, 2003).

Destaca-se, assim, a política de previdência como sendo importante na área social, pois assegura a renda aos trabalhadores e seus familiares, em caso de perda da capacidade funcional (REIS et al., 2015). Não há dúvidas de que a previdência social tem assumido um papel cada vez mais significativo na composição da renda das famílias brasileiras com idosos, principalmente para as mulheres idosas, uma vez que o benefício possibilita que elas sejam mais independentes e autônomas. Portanto, o presente estudo teve como objetivo verificar a

influência da aposentadoria rural na vida de mulheres idosas, residentes no município de Pedra do Anta, Minas Gerais.

4. REFERENCIAL TEÓRICO

O presente referencial teórico foi organizado com base nos seguintes temas: um breve histórico sobre a política de previdência social e o perfil sociodemográfico das idosas brasileiras.

4.1 Breve Histórico sobre a Política de Previdência Social

O primeiro sistema previdenciário formal surgiu na Alemanha, no final do século XIX. No Brasil, as primeiras organizações das entidades previdenciárias ocorreram nos anos de 1920 (LEITE et al., 2010).

De acordo com Silva (2014), a política de previdência social brasileira, criada em 1923, adotou o princípio político alemão, apresentando semelhanças como o modelo bismarckiano, uma vez que foi adotado o sistema de repartição, no qual existe a relação entre contribuintes e beneficiários. É importante destacar que tanto no Brasil quanto na Alemanha a expansão das políticas de seguridade social ocorreu em um contexto intenso de transformações e/ou de mudanças em uma sociedade que estava em processo de modernização. Naquela época, as situações de emergência aumentavam e havia grande exigência por direitos sociais por parte da classe trabalhadora e, portanto, a necessidade de regulação dos movimentos reivindicatórios, bem como ocorria o enfraquecimento de instituições como a família e a Igreja, além da grande insuficiência por parte do mercado em prover o bem-estar social.

O seguro social brasileiro é regido pelo Estado, mas ele surgiu graças à luta de trabalhadores, que no início do século XX se organizaram e criaram fundos de auxílio mútuo. Esses fundos, dos quais o empregador também participava, eram uma garantia dos trabalhadores se manterem financeiramente em caso de doença ou velhice (BATICH, 2004).

A ação do Estado em relação ao sistema previdenciário foi lenta e gradual. O primeiro indício do ato do governo ocorreu em 1923, a partir da promulgação da Lei Eloy Chaves, que determinava a criação de uma Caixa de Aposentadorias e Pensões (CAPs) para trabalhadores ferroviários. As transformações ocorridas nos anos 1930, bem como a crise no mercado internacional do setor de exportação cafeeira, dão lugar a um crescimento intenso da indústria, e os trabalhadores assalariados passam a reivindicar melhores condições vida, consequentemente os fundos de pensão se tornam pautas emergentes. Diante disso, o Estado

passa a expandir sua interferência como principal responsável pela proteção social dos trabalhadores (BATICH, 2004). A CAPs, que era baseada em vínculos de trabalhadores por empresa, foi substituída pelos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), que acionavam setores urbanos dos trabalhadores, sobre o regime de capitalização.

Em 1960 foi promulgada a Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS), instituindo um sistema previdenciário único para todos os trabalhadores do setor privado. Em 1966 concretizou-se a unificação do sistema por meio da criação do Instituto Nacional de Previdência (INPS). Na década de 1970 foram criados novos benefícios, dentre eles o salário-maternidade e o salário-família. Também foram incluídas novas categorias de trabalhadores: jogador de futebol profissional, trabalhadores autônomos, empregada doméstica e trabalhador rural (BATICH, 2004).

Nessa mesma década foi estipulado um benefício assistencial para indivíduos com 70 anos ou mais que apresentassem algum quadro de invalidez e não tivessem recursos para prover sua própria subsistência. Também é na década de 1970 que o Brasil vive o chamado “Milagre Econômico”, e as reduções nos recursos da previdência começam a ser feitas. Quatro anos depois foi criado o Ministério da Previdência e Assistência Social (BATICH, 2004).

As décadas de 1960 e 1970 foram marcadas pela criação do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS), que tinha como perspectiva restringir as atribuições do INPS (LEITE et al., 2010). Logo após, criou-se o Instituto Nacional de Assistência Médica (INAMPS), cujo objetivo era cuidar exclusivamente dos assuntos relativos à assistência médica (BATICH, 2004).

Em 1980, houve a expansão da rede previdenciária para todas as capitais e estados, tendo como intuito a implementação dos acidentes de trabalho como concessão de benefícios. Entretanto, devido à falta de investimentos do governo, os Centros de Reabilitação Profissional do INPS (CRPs) e os Núcleos de Reabilitação Profissional do INPS (NRPs) tiveram suas instalações sucateadas. Em 2000, ocorreu a total desativação desses órgãos, o que resultou em transformações no programa referente às perícias médicas, por exemplo (TAKAHASHI e IGUTI, 2008).

Outro marco importante foi o conceito de seguridade social, a partir da criação da Constituição Cidadã de 1988. Assim, pela primeira vez na história brasileira a assistência social passa a ser reconhecida como um direito do cidadão. Além disso, os serviços de saúde, que eram restritos ao mercado formal, foram ampliados para toda a população. Com relação

ao sistema previdenciário, os trabalhadores rurais passaram a ter os mesmos direitos que os trabalhadores urbanos (BOSCHETTI, 2003; BATICH, 2004).

Em resposta aos questionamentos sociais, em 1992 o governo cria grupos de trabalho para estudar a assistência à saúde e previdenciária, a prevenção e o sistema de informação. As demandas sociais desse período trouxeram importantes conquistas na área da saúde, como a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), advindo da reforma sanitária dos anos 1990 (TAKAHASHI e IGUTI, 2008).

Em 1993, foi criada a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que garantia que idosos com mais de 65 anos e com alguma deficiência, e renda inferior a 25% do salário mínimo, tivessem o direito ao recebimento de um salário mínimo (ACHUTTI e AZAMBUJA, 2004).

Com o aumento nas contas previdenciárias, em 1999 foi criada a Lei 9.876, que tinha como fundamento o maior equilíbrio entre a relação contribuintes e beneficiários. Essa lei tinha como objetivo incentivar as pessoas a adiar a aposentadoria, por meio da redução do benefício daqueles indivíduos que optassem por aposentar mais cedo (ZANELLA et al., 2014).

Em 2003 surgiu uma polêmica manifestação dos servidores contra o projeto de reformas do sistema previdenciário com relação às novas regras que entrariam em vigor (SILVA, 2004). Em 2007 foi instituído o Plano Simplificado de Previdência Social (PSPS), iniciativa que tinha como propósito reduzir a alíquota de 20 para 11% para os trabalhadores que contribuíssem voluntariamente sobre o valor de um salário mínimo (FOGUEL et al., 2013).

Esse histórico é necessário para se compreender a dinâmica do setor previdenciário, bem como os marcos que antecederam à universalização da aposentadoria no País.

4.2. O perfil sociodemográfico das idosas brasileiras

De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2013-2014), os idosos representam 13,4% da população brasileira (IBGE, 2010). Dentro do cenário do envelhecimento destaca-se o processo da feminização da velhice, que está relacionado ao aumento da expectativa de vida das mulheres.

Dados do censo demográfico mostraram que em 2010 6,0% da população total brasileira era composta por mulheres idosas, enquanto os homens idosos representavam 4,8%. A distribuição da população em grupos de idade e sexo, pelo censo de 2000 e de 2010 do

IBGE, ilustra o aumento da população idosa e, conseqüentemente, o aumento das mulheres idosas. Ao comparar a pirâmide do ano 2000 com a representada pelo ano 2010, constata-se que houve alteração na estrutura da pirâmide etária, onde se tem o alargamento do topo, o que pode ser comprovado nas figuras a seguir.

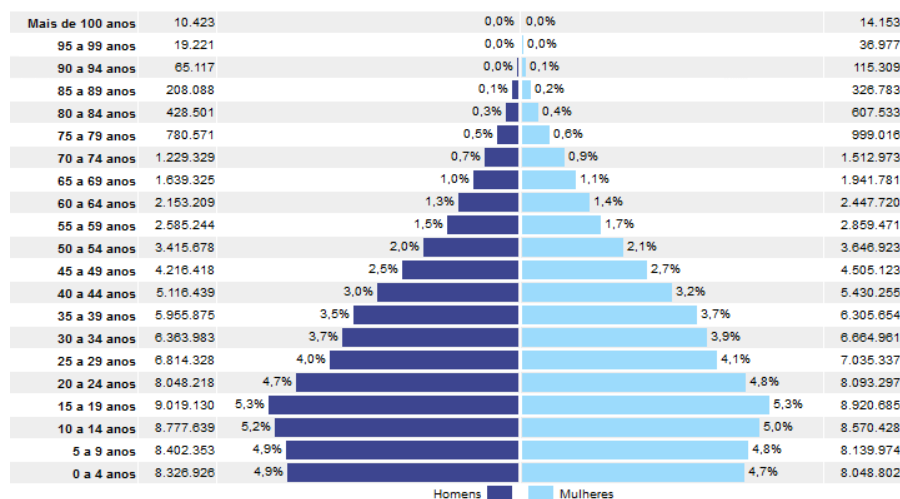


Figura 01: Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade, Brasil, 2000.

Fonte: Censo demográfico de 2000 e 2010/IBGE.

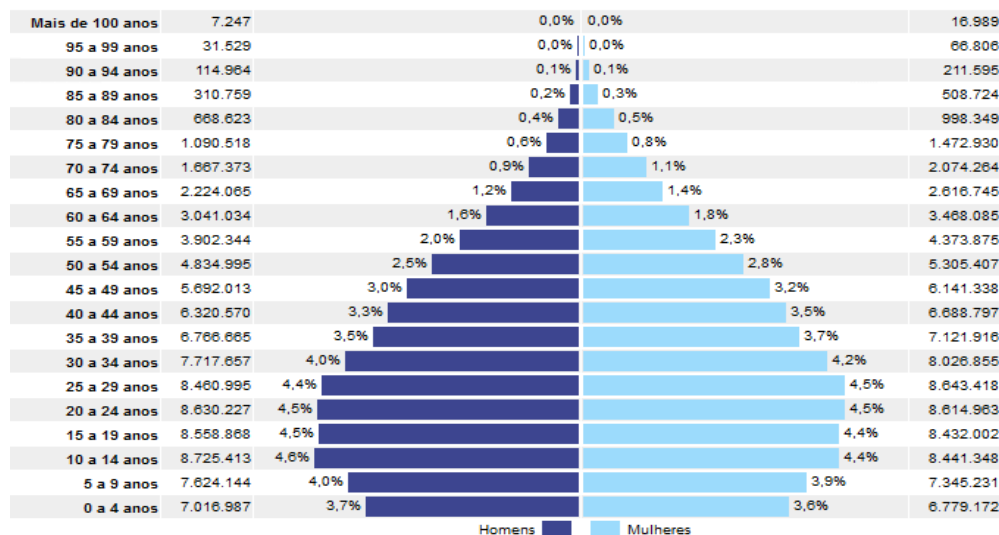


Figura 02: Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade, Brasil, 2010.

Fonte: Censo demográfico de 2000 e 2010/IBGE.

Esse fato acontece na maioria dos estados brasileiros, e em Minas Gerais não é diferente. O estado de Minas Gerais concentra grande parte da população envelhecida do País, perdendo apenas para o estado de São Paulo (FREITAS et al., 2015). De acordo com o último censo demográfico realizado em 2010, em Minas Gerais o total de idosos corresponde a 11,79% da população, porcentagem esta superior à média nacional. Ao comparar os dados de 2000 e 2010, percebe-se o aumento do número de pessoas com 60 anos ou mais, principalmente das mulheres idosas.

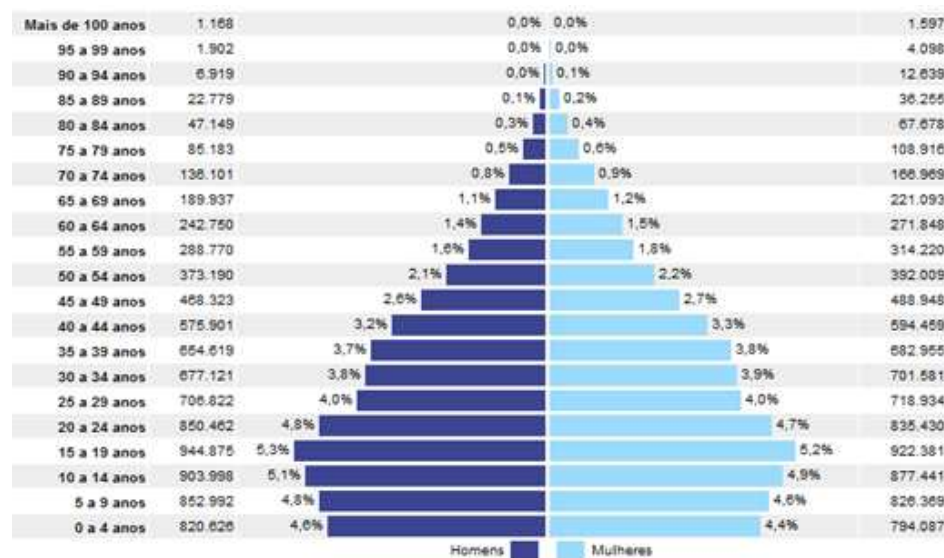


Figura 03: Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade, Minas Gerais, 2000.

Fonte: Censo demográfico de 2000 e 2010/IBGE.

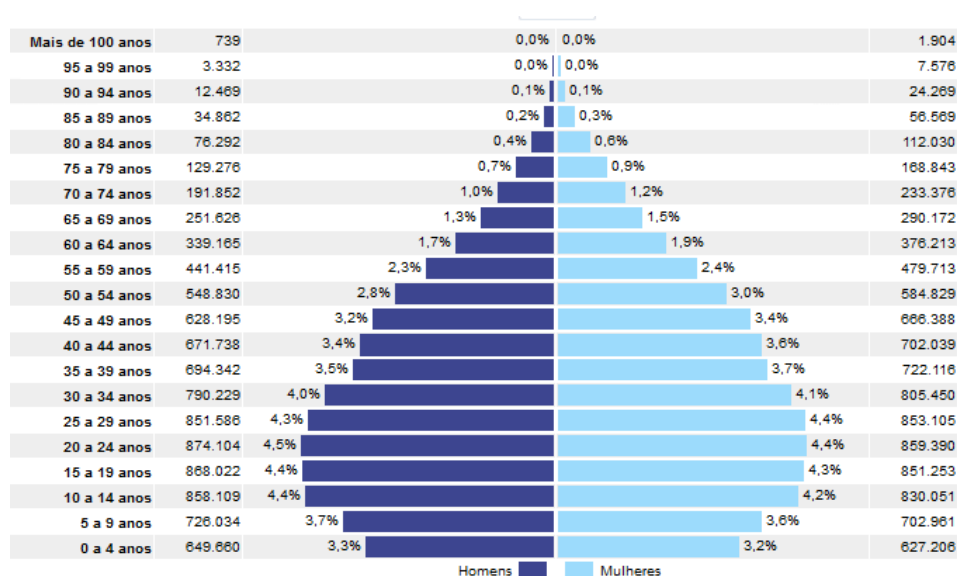


Figura 04: Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade, Minas Gerais, 2010.

Fonte: Censo demográfico de 2000 e 2010/IBGE.

Constata-se que na cidade objeto deste estudo, localizada na Zona da Mata mineira, também é notável essa mudança na estrutura da pirâmide (Figuras 5 e 6). Entre 2000 e 2010, houve um aumento do número de pessoas com 60 anos ou mais, com destaque para a população feminina, e diminuição do número de pessoas em outras faixas etárias (Figura 5), como observado em todos os estados brasileiros, inclusive em Minas Gerais.

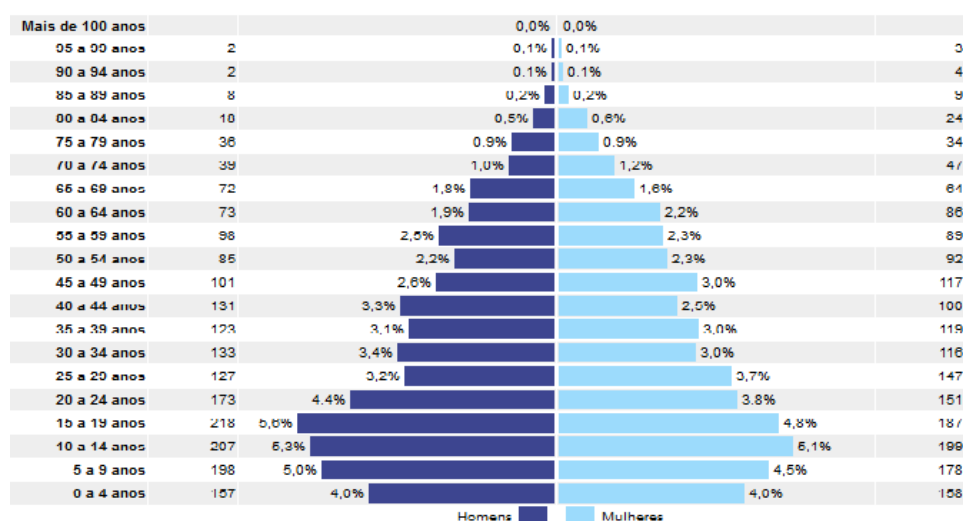


Figura 05: Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade, Pedra do Anta, MG, 2000.

Fonte: Censo demográfico de 2000 e 2010/IBGE.

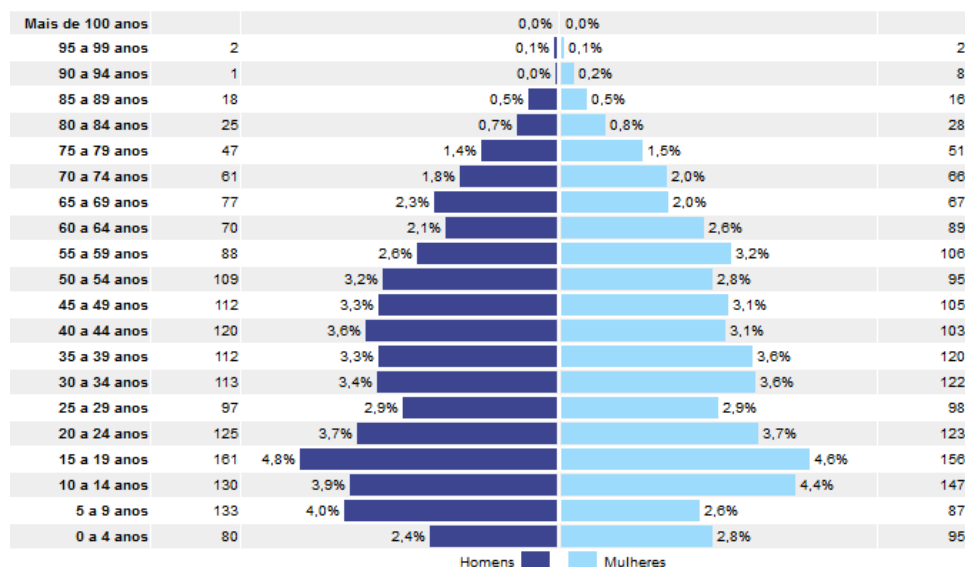


Figura 06: Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade, Pedra do Anta, MG, 2010.

Fonte: Censo demográfico de 2000 e 2010/IBGE.

Ao analisar as Figuras 5 e 6, constata-se a diminuição no número de pessoas entre 20 e 29 anos, ou seja, a redução da população jovem. Esse fato está diretamente ligado às mortes por causas externas, o que é frequente principalmente com relação ao público masculino. Minayo (2009) ressalta que o termo causas externas faz referência às mortalidades por homicídio, suicídio, agressões físicas e psicológicas, acidentes de trânsito, transporte, quedas, afogamentos e lesões e traumas. Os óbitos por homicídios e acidentes de trânsito são os principais elementos que configuram o quadro de mortes violentas. Segundo Moura et al. (2015), a diferença entre sexos é claramente identificada na razão da mortalidade, uma vez que para cada mulher quase oito homens morrem por causas externas.

A maior longevidade feminina pode ser explicada por diversos fatores, como a proteção contra doenças cardiovasculares, a menor exposição das mulheres a acidentes de trabalho e trânsito e o menor envolvimento em homicídios, além de outros fatores como o menor consumo de álcool e tabaco (ARANTES e CÔRTE, 2009). De acordo com Salgado (2002 apud Mafra et al., 2015), geralmente as mulheres vivem mais que os homens. Destaca-se também a maior proporção de viúvas do que em qualquer outra faixa etária, fato que pode ser explicado pela tendência da mulher se casar com homens mais velhos, o que, associado a uma mortalidade masculina maior do que a feminina, aumenta a probabilidade de sobrevivência da mulher em relação ao seu cônjuge.

Com a idade avançada as mulheres enfrentam um processo de mudanças e perdas, bem como de rompimento de algumas relações. Com o falecimento do cônjuge, a possibilidade de as viúvas se casarem diminui com a idade, diferentemente do que acontece com os homens. Constatase também um processo de mudança nas amizades, que desaparecem por morte ou mudança, além do fato de essas mulheres, com a criação dos filhos, passarem a assumir outros compromissos, como o cuidado com os pais (SALGADO, 2002).

A velhice também afeta homens e mulheres de formas distintas. As mulheres são mais vulneráveis não apenas aos problemas de saúde, mas ao isolamento social e a transtornos emocionais devido à aposentadoria, à viuvez, às alterações fisiológicas, dentre outros problemas. É preciso ressaltar ainda a falta de perspectiva profissional, visto que muitas mulheres passaram a vida dedicando-se ao cuidado da casa e dos filhos, e aquelas que acessaram o mercado de trabalho não conseguem ascender e acabam perpetuando o papel que lhes foi instituído, o de provedoras do cuidado do outro (LIMA e BUENO, 2009 apud FONSECA et al., 2015).

Com relação ao nível de alfabetização, as mulheres apresentam vantagens em relação aos homens. A explicação para esse fato é a sua maior expectativa de vida. Além disso, a inclusão das mulheres em programas e espaços destinados à população idosa, como a Universidade Aberta da Terceira Idade (UNATI), tem possibilitado o acesso à educação. Para muitas idosas, a aposentadoria e a viuvez têm sido uma oportunidade para acessar a educação (BARRETO et al., 2003).

Com relação à renda, Camarano (2003) afirmou que o benefício da previdência social é importante, pois além de garantir a subsistência básica a essas idosas, tem resultado na sua revalorização dentro da família. Por meio da renda, a idosa passa a ser um dos principais provedores da família, principalmente quando se trata de famílias de baixo nível socioeconômico. A importância da renda de aposentadorias e pensões para mulheres idosas é maior do que entre os homens, devido ao peso das pensões por viuvez (CAMARANO, 2003).

Portanto, percebe-se que usufruir de uma renda exerce grande influência no papel da mulher dentro da família, pois mesmo tendo uma velhice marcada por doenças crônicas, viuvez, dificuldade de acesso aos direitos constitucionais, baixo nível educacional e por muitas vezes se encontrar desamparada pela família, a dependência familiar da renda dessa mulher acaba por definir a forma de consumo da família, ou como ela tem acesso ao consumo.

5. METODOLOGIA

5.1 Caracterização da pesquisa

Quanto aos seus objetivos, esta pesquisa foi caracterizada como descritiva-explicativa, uma vez que permitiu descrever as mudanças ocorridas na vida das mulheres idosas a partir do recebimento da aposentadoria. De acordo com Gil (2008), a pesquisa descritiva tem como objetivo principal a descrição de eventos e características de determinada população ou fenômeno, enquanto a pesquisa explicativa se preocupa em identificar fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos.

A pesquisa envolveu também as abordagens qualitativa e quantitativa. Para Minayo (1993), a relação entre as abordagens qualitativa (subjetividade) e quantitativa (objetividade) não se reduz a um *continuum*, e elas não devem ser pensadas como sendo contraditórias. As duas abordagens permitem que as relações sociais possam ser analisadas nos seus diferentes aspectos e que sejam aprofundadas em significados essenciais, ou seja, a pesquisa quantitativa pode colocar questões para serem aprofundadas qualitativamente e vice-versa.

5.2 Local do estudo

O estudo foi realizado na cidade de Pedra do Anta, Zona da Mata mineira. Na época da realização da pesquisa a população do município era de 3.365 habitantes, sendo 633 o número de idosos, o que correspondia a 18,81% da população total (IBGE, 2010). Nessa perspectiva, Pedra do Anta é o município com o maior número de idosos dentro da microrregião de Viçosa.

5.3 Sujeitos da pesquisa

A pesquisa envolveu mulheres aposentadas que tinham 60 anos ou mais. O critério de inclusão foi, além da idade, serem aposentadas e aceitarem participar da pesquisa, a partir da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

5.4 Técnicas de coleta de dados

Para identificação do número total de mulheres idosas, utilizaram-se dados cadastrais dos domicílios, fornecidos pelo Programa de Saúde da Família (PSF) da Secretaria de Saúde e pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais do município de Pedra do Anta. A partir do levantamento do número de idosas urbanas e rurais, foi selecionada uma amostra representativa da população.

Para definição do tamanho da amostra e para garantir a significância estatística, foi utilizada a equação sugerida por Bolfarine e Bussab (2005):

$$n = \frac{Z_{\alpha/2}^2 \times \hat{p} \times \hat{q} \times N}{Z_{\alpha/2}^2 \times \hat{p} \times \hat{q} + (N-1)E^2}$$

em que

n = tamanho amostral;

Z = valor tabelado de uma distribuição normal;

N = tamanho populacional;

E = margem de erro ou erro máximo de estimativa;

p = proporção populacional de indivíduos que pertencem à categoria que se está estudando;

q = proporção populacional de indivíduos que não pertencem à categoria que se está estudando (q = 1 – p); e

α = nível de significância.

O valor calculado da amostra foi 57 mulheres idosas. No entanto, para dar maior credibilidade ao estudo, uma vez que a amostra é sempre o valor mínimo, foram entrevistadas 80 idosas aposentadas, sorteadas dentre os 333 indivíduos da população. Considerando que a população de mulheres idosas urbanas correspondia a 228 (68,47%) e as rurais a 105 (31,53%), foram entrevistadas 55 idosas pertencentes ao meio urbano e 25 à zona rural. Após obter o número exato de idosas aposentadas que participariam do estudo, foram realizadas entrevistas semiestruturadas. Em todo o processo da pesquisa, foram atendidos os princípios éticos dispostos na resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, tendo este estudo sido autorizado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa.

5.5 Análise dos dados

Após a coleta, os dados foram organizados em categorias e inseridos em uma planilha do programa *Excel*, do software da *Microsoft Office*, a fim de transportá-los para o programa estatístico *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS), onde foram realizados dos

seguintes testes estatísticos: frequência, porcentagens, média, entre outros. Os resultados foram expressos em forma de gráficos, quadros, tabelas e texto, para melhor compreensão e visualização.

A entrevista possuía 26 questões, e em uma das questões utilizou-se a escala de *likert*, com o intuito de medir o grau de satisfação das idosas em relação à aposentadoria. As entrevistas foram gravadas, com a autorização das entrevistadas. Os áudios das questões foram transcritos e utilizados no decorrer do texto, para ilustrar e reafirmar os dados descritos.

6. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram entrevistadas 80 idosas pertencentes ao município de Pedra do Anta, sendo 68,75% residentes na zona urbana e 31,25% no meio rural (Figura 07).

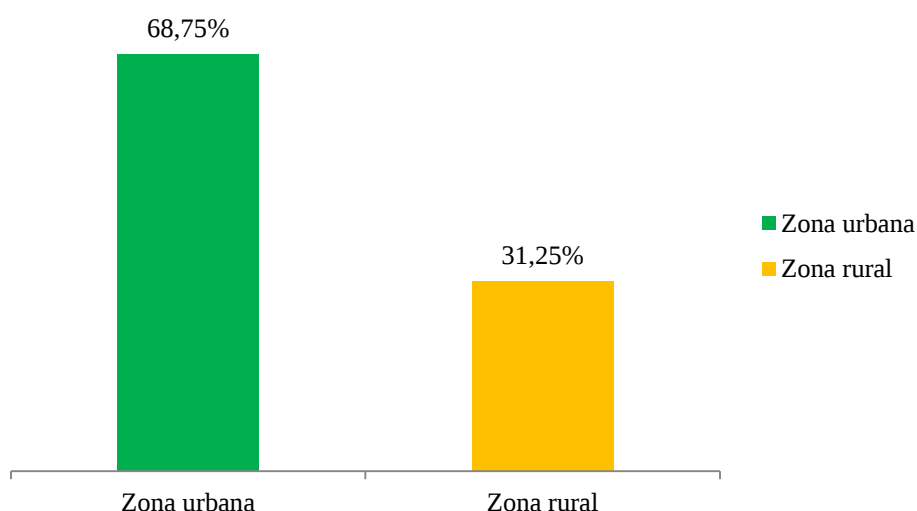


Figura 07 - Porcentagem de idosas entrevistadas de acordo com a zona urbana e rural, no município de Pedra do Anta, MG, 2016.

Fonte: Dados da pesquisa.

A idade média das idosas foi de 71,53 anos, sendo a idade mínima 60 anos e a máxima 90 anos. Com relação à caracterização das entrevistadas, mais da metade era casada (55%), em seguida seguem as viúvas (33,75%), as solteiras (10%) e as divorciadas (1,25%). Quanto à composição familiar, 35% das idosas entrevistadas moravam com o cônjuge, 18,8% viviam com os filhos e 12,5% residiam sozinhas. A média de pessoas que residiam no domicílio foi 2,40, com o mínimo de um e o máximo de seis indivíduos.

Chama atenção a alta porcentagem de viúvas (33,75%), o que caracteriza o fenômeno de feminização da velhice. Salgado (2002) afirma que há uma desigualdade de gênero com relação à expectativa de vida, uma vez que as mulheres somam uma proporção maior que a dos homens, isso considerando o grupo populacional. As mulheres possuem sobrevida maior, pois em média elas vivem cinco a sete anos a mais que os homens, conseqüentemente também haverá uma maior proporção de viúvas. Uma explicação pode ser o fato da mulher se casar com homens mais velhos, o que acarreta maior sobrevida da mulher em relação ao seu companheiro. A autora ressalta que não há dúvida de que a velhice se feminizou, sendo a população idosa predominantemente feminina.

Além disso, o envelhecimento da população tem trazido mudanças importantes na dinâmica das famílias, o que pode ser constatado quando se analisa a porcentagem de casais que residem sozinhos (35%). Essa característica remete à síndrome do “ninho vazio”, trazida por Camarano e El Ghaouri (2003) em seus estudos. As autoras ressaltam que com envelhecimento da população espera-se que haja aumento no crescimento de “ninhos vazios”, uma vez que está ocorrendo uma baixa no índice de fecundidade. Outros fatores que têm contribuído para essa nova dinâmica são a urbanização, a industrialização e também o aumento do trabalho feminino, o que enfraquece os laços familiares, conseqüentemente as famílias estendidas são substituídas pelas nucleares.

Outra tendência trazida pelo envelhecimento são as mudanças relacionadas à estrutura familiar, ou seja, o aumento da co-habitação. Das idosas entrevistadas, 18,8% moravam com os filhos. Camarano e El Ghaouri (2003) fazem referência a esse fato quando relatam que os idosos estão vivendo mais e os filhos estão saindo de casa cada vez mais tarde. O período que eles passam economicamente dependentes dos pais também tem aumentado, devido à dificuldade de inserção no mercado de trabalho, ao maior tempo dedicado aos estudos e, ainda, à instabilidade das relações afetivas.

As autoras também destacaram o aumento do número de pessoas idosas que vivem sozinhas, o que pode ser constatado na presente pesquisa, uma vez que 12,5% das idosas entrevistadas moravam sozinhas. Pode-se afirmar que o estado conjugal e a idade são fatores determinantes ao se tratar de idosos que residem sós. A viuvez e o aumento no número de divórcios e das pessoas que nunca se casaram também são razões que contribuem para esse quadro (CAMARANO e EL GHAOURI, 2003).

Das mulheres idosas entrevistadas, 80% possuíam casa própria, 10% cedida e as outras 10% residiam em casas alugadas. Em relação a filhos, 92,5% disseram que possuíam e o

restante (7,5%) respondeu que não teve filhos por motivos de saúde ou apenas por opção. Quanto à escolaridade, constatou-se que elas possuíam poucos anos de estudo; 62,5% das entrevistadas chegaram a frequentar a escola e 37,5% não estudaram. Das que chegaram a frequentar a escola, 81,3% possuíam apenas o ensino fundamental incompleto (Tabela 02), confirmando assim os dados da literatura, uma vez que o analfabetismo entre as pessoas com 60 anos ou mais é frequente.

Tabela 02 – Grau de escolaridade das mulheres idosas entrevistadas, Pedra do Anta, MG, 2016.

	Frequência	Porcentual	Porcentagem Válida	Porcentagem Acumulativa
Ensino Fundamental Incompleto	39	48,8	81,3	81,3
Ensino Fundamental Completo	1	1,3	2,1	83,3
Segundo Grau Completo	7	8,8	14,6	97,9
Superior Completo	1	1,3	2,1	100,0
Total	48	60,0	100,0	
Sistema	1	1,3		
Total	32	40,0		
Total	80	100,0		

Fonte: Dados da pesquisa.

Goulart (2010) ressaltou que o analfabetismo brasileiro está concentrado na população mais velha, sendo ele reduzido apenas por meio do óbito das parcelas mais velhas da população. Essa afirmação está diretamente relacionada ao fato de os programas de alfabetização estarem direcionados a crianças, jovens e adultos, estando os idosos excluídos das políticas educacionais, considerando o formato que elas se apresentam. Outra dificuldade de acesso à educação é que a maior parte dos idosos vivia na zona rural quando estava em idade de escolarização e a política de educação no campo sempre foi incipiente, considerando as necessidades e demandas do setor. O resultado conseguido nesse contexto social foi o baixo nível atual de escolaridade da população idosa (MEIRELLES et al., 2007 apud MAFRA et al., 2015).

Quanto ao rendimento das entrevistadas, a maioria (72,5%) afirmou receber dois salários mínimos, 20% recebiam um salário, 6,3% recebiam três salários e 1,3% delas recebiam quatro ou mais salários mínimos. A explicação para o fato de a maioria receber dois salários é que essas idosas são aposentadas por idade e recebem pensão por morte do cônjuge.

Quando perguntado quem administrava a renda da família, ou seja, quem assumia o papel de chefe da família, 61,3% disseram ser elas mesmas; 15% disseram que as decisões, bem como a administração da casa, eram feitas por todos os membros; e 13,8% responderam ser o marido o chefe. Essa realidade coincide com o que tem sido estudado por outros pesquisadores, uma vez que dados estatísticos têm mostrado aumentado no número de domicílios chefiados por mulheres, apesar de a maioria das residências brasileiras ainda ser chefiadas por homens.

Camarano (2003) afirma que são crescentes as taxas de famílias chefiadas por mulheres, visto que sua renda tem assumido um papel muito importante no orçamento familiar. Dados do IBGE (2010) destacaram que o número de mulheres chefes de família dobrou em uma década, no Brasil, e que o volume de mulheres responsáveis pelo domicílio saltou de 9,048 milhões para 18,617 milhões entre 2000 e 2010. Já o número de homens chefes de família permaneceu praticamente inalterado, em 31 milhões. No total, o Censo 2010 contabilizou 49,9 milhões de chefes de família em todo o País.

Com relação ao tipo de benefício recebido do INSS, 62,5% afirmaram ter aposentado por idade, e apenas 10% fizeram referência à aposentadoria por tempo de contribuição. Isso pode estar diretamente ligado ao fato de grande parcela (61,3%) das entrevistadas receber aposentadoria rural, o que não exige contribuição. Quando perguntadas se enfrentaram problemas para ter acesso ao benefício, 76,3% asseguraram não ter tido problemas, enquanto 23,8% relataram ter tido dificuldades ao se aposentar. O problema mais citado foi a dificuldade de comprovar atividade rural, seja por meio de documentos ou entrevistas.

Neste sentido, a maior concessão de aposentadorias por idade entre as mulheres pode estar relacionada à dificuldade de serem reconhecidas como trabalhadoras rurais, uma vez que seu trabalho não é valorizado, sendo somente considerado uma ajuda às atividades realizadas pelos homens, muitas vezes restritas às atividades domésticas, mesmo que essas incluam as tarefas vinculadas à produção (BRUMER, 2002). Adiciona-se a essa realidade a falta de perspectiva profissional, visto que muitas mulheres passaram a vida dedicando-se ao cuidado da casa e dos filhos (LIMA e BUENO, 2009 apud FONSECA et al., 2015).

Quando foi perguntado se na residência existia outro beneficiário da previdência social, 57,5% das entrevistadas disseram que sim, devendo ser ressaltado que 51,3% delas fizeram referência ao marido. Além da aposentadoria, foi indagado se a idosa realiza alguma atividade remunerada, 88,8% delas afirmaram que não. Quanto a possuir outra renda além do benefício, 91,3% disseram não ter nenhuma outra, que viviam apenas com a renda advinda da

aposentadoria. Outro aspecto a ser destacado foi se a idosa ajuda alguém com sua renda, 61,3% das mulheres disseram não precisar ajudar a família, porém 38,7% afirmaram que ajudam. Destas, 22,5% responderam que ajudam de alguma forma os filhos, e 7,5% disseram fornecer algum auxílio a netos.

Portanto, pode-se inferir que muitas idosas com renda mensal advinda do benefício da previdência social contribuem, de maneira significativa, para o rendimento familiar, principalmente na ocorrência de filhos desempregados. Essa contribuição vai além da ajuda financeira, perpassando por laços de afeto, sendo muitas vezes delegado a elas o cuidado com os netos (SOARES, 2012).

Das 80 idosas entrevistadas, 65% disseram realizar alguma atividade de lazer, tendo 61,3 afirmado que participam de algum grupo na comunidade ou cidade. Dentre os grupos citados, 69,4% participam de associações ligadas à igreja e 16,3% têm atividades ligadas ao sindicato de trabalhador rural.

Para dimensionar o papel que a aposentadoria representava na vida das entrevistadas, foi utilizada a escala de *likert*, para medir o seu grau de satisfação. Nessa escala o número (1) correspondeu a discorda fortemente, (2) discorda, (3) indecisa, (4) concorda e (5) concorda fortemente com as afirmações (Quadro 03). Quanto mais próximo do número 5, mais elas concordam com as afirmativas, e mais próximo de 1, elas discordam do que é alegado.

Quadro 03- Satisfação das entrevistadas com o papel da aposentadoria em suas vidas, Pedra do Anta, MG, 2016.

Afirmativas	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio-Padrão
1) Meus pais e idosos da época em que eu era nova não receberam aposentadoria e eu ficava com medo de chegar a essa idade e não conseguir aposentar.	80	1	5	3,24	1,443
2) Antes da aposentadoria não recebíamos nem meio salário.	80	2	5	4,31	1,239
3) A aposentadoria foi um presente que nós recebemos.	80	2	5	4,71	0,860
4) Passávamos dificuldades financeiras antes de receber a aposentadoria.	80	2	5	4,33	1,199
5) A aposentadoria é um alívio, porque temos a garantia de receber nosso dinheiro todo mês.	80	2	5	4,85	0,597
6) Antes da aposentadoria não tínhamos condição de comprar móveis, eletrodomésticos, carro, etc.	80	1	5	3,09	1,343
7) Depois que eu aposentei, eu passei a ajudar meus filhos e netos.	80	1	5	2,91	1,193
8) Com o dinheiro da aposentadoria eu faço viagens de passeio.	80	2	5	3,69	1,346
9) A aposentadoria beneficiou mais as mulheres do que os homens.	80	2	5	4,65	0,929
10) O valor da aposentadoria deveria ser maior que um salário.	80	3	5	4,83	0,522

Fonte: Dados da pesquisa.

A partir desses dados (Quadro 03), algumas afirmativas podem ser destacadas. Quanto à vida antes de se aposentarem, as idosas afirmaram que sua renda não somava nem um salário mínimo.

Antes deu aposentar eu tinha meio, tinha meio salário, meio salário não dava para nada, as coisas era difícil, né? (Entrevistada 16).

Tinha nada, tinha as graças de Deus, minha filha que ajudou a gente, e ganhava uns trocadinhos pouco que trabalhava pro outro e ganhava... (Entrevistada 36).

Muitas idosas consideraram a aposentadoria como sendo um presente, algumas relataram ser um presente divino, como pode ser observado nas falas a seguir:

E minha filha, é uma benção, meu dinheiro é uma benção que Deus mandou pra mim (Entrevistada 3).

“Presente de Deus” (Entrevistada 25).

Com o benefício as entrevistadas podiam contar com um salário fixo, tendo um valor considerável, em comparação com o salário que elas recebiam antes de se aposentar (SANTOS, 1993). Esse fato pode ser observado na fala de uma idosa, quando diz que recebia apenas meio salário.

De acordo com Barros (2014), a renda da aposentadoria era vista pelas idosas como o agir da mão de Deus em suas vidas, que veio como merecimento, diante de tantas dificuldades

vividas. Além disso, a aposentadoria era ainda uma certeza, com a qual elas podiam contar todo mês. A autora usa a expressão “presente que caiu do céu” para fazer referência à importância dada à aposentadoria pelas idosas, uma vez que era considerada um alívio, pois elas podiam cuidar da saúde e não precisavam mais depender de filho ou marido.

Quando foi perguntado se elas concordam com o fato de terem passado dificuldades financeiras antes de se aposentar, as entrevistadas relataram ter passado por inúmeras dificuldades:

Já passei muito apertada, com muita coisa, remédio pra menino, menino doente, eu ganhado pouco, dinheiro não dava, eu passei muito apertado, sofri muito... (Entrevistada 19).

Muita, mais muita dificuldade, uai. Eu tive sete filho, minha filha, mais tem hora que eu penso ô gente não fui eu que criei meus filhos, foi Deus, e foi mesmo... (Entrevistada 40).

As entrevistadas relataram ainda que consideravam a aposentadoria um alívio, pois a partir do benefício elas têm uma renda com a qual podem contar todo mês.

Foi, foi um alívio pra mim, aí que me ajudou eu arrumar minha casa (Entrevistada 10).

Com certeza, um alívio, é... É dinheirinho que posso contar com ele todo mês, num precisa pedir ninguém, todo mês tá lá, né?, que eles nunca corta ela, faz falta demais... Compra remédio, né?... (Entrevistada 35).

Com a aposentadoria os indivíduos da família começam a viver com mais tranquilidade, pois passaram a ter uma renda fixa mensal. Alguns estudos mostram que, com a melhoria da renda, tem-se um aumento significativo de consumo das famílias, principalmente ao se tratar de bens de consumo duráveis (HORBACH, 2012).

Quando perguntado se antes de se aposentarem elas não tinham condições de comprar móveis ou eletrodomésticos, as idosas se mostraram indecisas, tendo grande parte das entrevistadas afirmado não gostar de sair, o que pode ser destacado nas suas falas:

Não, era difícil pra comprar porque não tinha dinheiro, o dinheiro era mais pra manter a família mesmo, não tinha como comprar não (Entrevistada 20).

Nada... Era muito difícil... Sempre ganhava é alguma coisa veia, antigamente também tinha muita coisa, a facilidade, né? Tinha as camas, né? Era, se fosse casa de chão fincava no chão... Mais iii... Tinha umas cama antigamente, cê nem lembra não, chamava cavalete, a gente cortava gancho, pau de gancho no mato e fazia assim, punha um travessão, jogava esteira e nem colchão tinha... (Entrevista 44).

Isso aí era meio difícil, num comprava nada... Às vezes comprava na venda era somente a querosene, que não tinha jeito nois fazer ela. A rapadura moía a cana, socava no pilão, fazia aquele café de cana... Entende? Então não comprava nem açúcar, nem rapadura, comprava só querosene, e o resto colhia milho, arroz, feijão, goiaba, abóbora, mandioca, num comprava verdura nenhuma, só aquilo que tinha... Tinha dia que nem o fósforo tinha jeito de comprar. Cê sabe que eu fazia? Arrumava uma bosta de boi, seca lá, no mato lá, punha no meio da cozinha, punha três assim, aí eu punha fogo na de cá, ela queimava toda passava pra de essa, depois

passava pra de cá, quando eu levantava de manhã cedo, tinha aquela brasa ali, eu pegava aquela brasa, e punha lá, aí eu cindia o fogo de manhã cedo. Pro cê vê como a vida era difícil, usar uma bosta de boi para servir de fósforo ou isqueiro.... Querosene, quando não tinha dinheiro, a gente usava azeite ou gordura, lumiava com gordura, azeite... (Entrevistada 77).

Após o recebimento da aposentadoria as mulheres passam a desfrutar de bens e serviços que antes não lhes eram acessíveis, pois utilizavam a renda que tinham para comprar bens considerados de primeira necessidade. A aquisição desses bens não trouxe apenas comodidade, mas também satisfação por estarem adquirindo algo que reverteria em melhoria da qualidade de vida (HORBACH, 2012).

As idosas acreditavam que a aposentadoria beneficiou mais as mulheres do que os homens, uma vez que elas passaram a ter seu próprio dinheiro.

Foi, foi sim, foi melhor pra mulheres, porque as mulheres gostam muito de ter o dinheirinho delas, pra resolver as coisas delas, comprar as coisa que elas precisam, né? Então eu acho que aposentadoria pras mulheres foi muito melhor (Entrevistada 29).

Também acreditavam que o valor da aposentadoria deveria ser maior que um salário mínimo.

Ah devia de aumentar sim, é... Nosso Deus, não dá pra dividir com as coisas que precisa, um salarim é muito pouco... (Entrevistada 66).

Ah de acordo, né? Ah pra mim, por exemplo, pra mim foi... Que o dinheiro que eu conheço na minha vida é o meu aposento, trabaiava, trabaiava de unha e dente, desde solteira, ajudando, pra cuidar da casa, e eu não via dinheiro, a gente não via dinheiro, era tão difícil. E agora eu tenho o meu, minha filha, né?... Sei que Deus, dando saúde todo mês, a gente vai lá e pega, né?... É bom demais, né?... (Entrevistada 15).

Uhum, mais... É que as mulheres... É as mulheres também sempre... Tem marido que às vez gosta de comprar as coisas pra as mulheres, já tem uns que não gosta..., né?, e a gente tendo o dinheiro da gente, a gente vai fazer com ele o que cê quiser..., né? E já com o dinheiro do outro já é diferente. Tem uns que tem boa vontade, uns num tem. Eu... Sempre eu falo com todo mundo, eu aqui em casa às vezes eu tinha uns frango no terreiro aí pra vender, às vezes era muito difícil, menino pequeno, tava intenção de vender pra comprar umas rupinhas, aquela época a gente não ganhava nada, era muito difícil... Teve um dia que eu... Meu esposo me deu 10 reais pra levar a menina pra vacinar, cê volta com o resto viu, não gasta ele não (Entrevistada 46).

É evidente que a inclusão das mulheres no regime da previdência social trouxe algumas mudanças em suas vidas, pois elas passaram a ser beneficiárias de aposentadoria por idade, e isso concedeu-lhes uma maior independência e o direito de ter seu próprio dinheiro. Essas medidas afetaram de forma direta a renda e o bem-estar das mulheres, principalmente com relação às mulheres residentes na zona rural (HORBACH, 2012).

A renda advinda do benefício da previdência social rural torna-se de extrema importância, pois além de garantir a subsistência a essas idosas, tem resultado na sua revalorização dentro da família. Por meio desse benefício, a idosa passa a ser um dos

principais provedores do lar, principalmente quando se trata de famílias de baixo nível socioeconômico (CAMARANO, 2003). O acesso ao benefício muda a trajetória de vida das idosas, pois elas se tornam mais autônomas, e se livram de situações de dependência do cônjuge ou de qualquer outro membro familiar (AQUINO e SOUZA, 2007).

Diante disso, pode-se inferir que o benefício da previdência social rural tem sido de grande importância tanto para as mulheres residentes no meio rural quanto no urbano, proporcionando-lhes maior destaque no âmbito da família, uma vez que elas deixam a posição de dependentes e passam a assumir novos papéis familiares.

7. CONCLUSÃO

O envelhecimento populacional vem gerando transformações e desafios tanto para a sociedade quanto para o Estado. Dentre as mudanças mais significativas, podemos destacar as alterações que as aposentadorias vêm ocasionando nas estruturas familiares, uma vez que possuir essa renda faz com que o beneficiário de torne hoje figura-chave na manutenção de diversos domicílios. Nesta pesquisa, constatou-se a importância que o direito à aposentadoria tem na vida das mulheres idosas, uma vez que o benefício lhes trouxe maior estabilidade financeira e, conseqüentemente, melhor qualidade de vida.

Diante disso, não restam dúvidas sobre a relevância da política de previdência social rural na vida das famílias brasileiras, principalmente quando fazemos referência às de baixa renda. Levando em consideração o contexto em que as entrevistadas estavam inseridas, a chegada à aposentadoria se mostrou como algo positivo. Grande parte das entrevistadas viveu na zona rural e traz uma história de vida marcada por sofrimento e dificuldades. Portanto, o direito à aposentadoria passou a representar uma conquista para essas as mulheres, até então acostumadas à condição de dependentes.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHUTTI, A; AZAMBUJA, M. I. R. Doenças crônicas não-transmissíveis no Brasil: repercussões do modelo de atenção à saúde sobre a seguridade social. **Revista Ciência & saúde coletiva**. 2004, v. 9, n. 4. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/csc/v9n4/a02v9n4.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2016.

AQUINO, J. R; SOUZA, R. **Impactos socioeconômicos da Previdência Rural no Brasil: um estudo de caso no Município de Encanto/RN**. Rio Grande do Norte. Disponível em:<<http://www.sober.org.br/palestra/6/663.pdf>>. Acesso em: 26 Out. 2016.

ARANTES, R. C.; CÔRTE, B. A longevidade nas notas de falecimento. **Revista Kairós**, São Paulo, Caderno Temático 6, 2009. Disponível em: <<http://www.revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/viewfile/2683/1728>>. Acesso em: 04 Set. 2016.

BARRETO, K. M.; et. al. Perfil sócio-epidemiológico das mulheres idosas da Universidade Aberta a Terceira Idade no estado de Pernambuco. **Revista Brasileira Saúde Materno Infantil**, Recife. v. 3, n. 3, 2003. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rbsmi/v3n3/17929.pdf>. Acesso em: 05 Set. 2014.

BARROS, V. A. M. **A aposentadoria rural e as mudanças nos modos de vida dos idosos que vivem no campo: em análise os municípios de Piranga e São Miguel do Anta, Minas Gerais**. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Magister Scientiae*. Viçosa, 2014. Disponível em: <<http://locus.ufv.br/bitstream/handle/123456789/4209/texto%20completo.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 27 jan. 2017.

BATICH, M. Previdência do trabalhador: uma trajetória inesperada. **Revista São Paulo em Perspectiva**. 2004, v. 18, n. 3. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v18n3/24776.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2016.

BELTRÃO, K. I.; NOVELLINO, M. S.; OLIVEIRA, F. E. B. de; MEDICI, A.C. "Mulher e previdência social: o Brasil e o mundo". **Texto para Discussão n. 867**. Rio de Janeiro, Ipea, 2002. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0867.pdf>. Acesso em: 23 de Jan. 2017.

BOLFARINE, H.; BUSSAB, W. O. **Elementos de Amostragem**. Edgar Blücher, São Paulo, 2005.

BOSCHETTI, I. Implicações da reforma da previdência na seguridade social brasileira. **Psicologia & Sociedade**. 2003, v. 15, n. 1. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v15n1/v15n1a05.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2016.

BRUMER, A. Previdência social rural e gênero. **Rev Sociol**, v.4, n.7, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n7/a03n7>>. Acesso em: 25 de mar. 2017.

CAMARANO, A. A. **Mulher idosa: suporte familiar ou agente de mudança?** Revista Estudos Avançados, v. 17, n. 49, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142003000300004&script=sci_arttext>. Acesso em: 05 Set. 2016.

CAMARANO, A. A; EL GHAOURI, S. K. **Famílias com idosos: Ninhos vazios?** IPEA – Texto para discussão nº 950. Rio de Janeiro, 2003. ISSN 1415-4765. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0950.pdf>. Acesso em: 03 jan 2017.

MEIRELES, V. C. Características dos idosos em área de abrangência do Programa Saúde da Família na região noroeste do Paraná: contribuições para a gestão do cuidado em

enfermagem. *Revista Saúde e Sociedade*, v. 16, n. 1, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v16n1/07.pdf>>. Acesso em: 08 Ago. 2016.

MOURA, E. C. et al. Desigualdades de gênero na mortalidade por causas externas no Brasil, 2010. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, 20(3):779-788, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v20n3/pt_1413-8123-csc-20-03-00779.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2017.

FONSECA, E. S. et al. **Perfil do Idoso Brasileiro a partir dos Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2011**. In: Emilia Pio da Silva; Simone Caldas Tavares Mafra. (Org.). *Envelhecimento no Brasil: O Retrato da Diversidade*. 1ed. Visconde do Rio Branco: Suprema, 2015, v. 1, p. 35-56.

FOGUEL, M. N; MOREIRA, A; SANTOS D. Impacto do Plano Simplificado de Previdência Social sobre as Contribuições Voluntárias ao Sistema de Previdência. **Revista Estudos Econômicos**. São Paulo, 2013. v. 42, n. 4, p.639-669. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ee/v42n4/a01v42n4.pdf>>. Acesso em: 11 fev. 2017.

FREITAS, C. F et al. Políticas Públicas e Envelhecimento no Estado de Minas Gerais. In: SILVA, E. P; MAFRA, S. C. T (Org.). **Envelhecimento do Brasil: O retrato da diversidade**. Visconde do Rio Branco: Suprema, 2015. p. 71-87.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 200p.

GOULART, N. No Brasil, erradicar o analfabetismo é tarefa da natureza, não da educação. **Revista Veja**, São Paulo, SP. 2010. Disponível em: <veja.abril.com.br/noticia/educacao/no-brasil-erradicar-o-analfabetismo-e-tarefa-da-natureza-nao-da-educacao> Acesso em: 03 set. 2016.

HORBACH, J. **Aposentadoria rural por idade e a influência desta renda no bem estar de famílias rurais do município de Horizontina**. Horizontina, 2012. Disponível em: <http://www.fahor.com.br/publicacoes/TFC/Economia/2012/Juliana_Horbach.pdf>. Acesso em: 28 Out. 2016.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2014/default_tab_xls.shtm>. Acesso em 29 fev. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2011). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/sinopse/default_sinopse.shtm>. Acesso em: 29 Ago. 2016.

LEITE, A. R; NESS JR, W. L; KLOTZLE, M. C. Previdência Social: fatores que explicam os resultados financeiros. **Revista de Administração Pública**. 2010, v. 44, n. 2. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v44n2/11.pdf>> Acesso em: 14 fev. 2017.

LIMA, L. C. V; BUENO, C. M. L. B. Envelhecimento e gênero: A vulnerabilidade de idosas no brasil. **Revista Saúde e Pesquisa**, v. 2, n. 2, 2009. Disponível em:

<http://www.google.com.br/ursa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CB8QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.cesumar.br%2Fpesquisa%2Fperiodicos%2Findex.php%2Fsaudpesq%2Farticle%2Fdownload%2F1173%2F792&ei=3KkNVI_0FMq68QHY6YDYDw&usg=AFQjCNFch_-h3pQwF8l0jNweEWU6AgGilw&bvm=bv.74649129,d.b2U>. Acesso em: 03 Set. 2016.

MAFRA, S. C. T. et al. **O Retrato do Brasil Envelhecido**. In: Emília Pio da Silva; Simone Caldas Tavares Mafra. (Org.). Envelhecimento no Brasil: O Retrato da Diversidade. 1ed.Visconde do Rio Branco: Suprema, 2015, v. 1, p. 11-18.

MINAYO, M. C. S. Seis características das mortes violentas no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 26, n. 1, Rio de Janeiro, 2009, p. 135-140. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v26n1/v26n1a10.pdf>> Acesso em: 09 jan. 2017.

MINAYO, M. C. S; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição complementaridade? **Revista Caderno de Saúde Pública**. 1993. v. 9, n.3, p. 237-248. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/csp/v9n3/02.pdf>>. Acesso em: 20 Ago. 2016.

REIS, P. R. C. et al. Impactos das Aposentadorias e Pensões no Nível de Bem-Estar Social dos Domicílios de Minas Gerais. **Revista Contabilidade e Finanças**. São Paulo, v. 26, n. 67, 2015. Disponível em:<http://www.scielo.br/pdf/rcf/v26n67/pt_1519-7077-rcf-26-67-00106.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2016.

SALGADO, C.C. S. Mulher idosa: a feminização da velhice. **Revista Estudos Interdisciplinares em Envelhecimento**, Porto, Alegre, v. 4, 2002. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/RevEnvelhecer/article/view/4716/2642>>. Acesso em: 07 Ago. 2016.

SANTOS, M. de F. de S. A velhice na Zona Rural. Representação Social e Identidade. In: NASCIMENTO-SHULZE, C. **Novas Contribuições para a teorização e pesquisa em representação social**. Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia. 1993.

SILVA, A. A. A reforma da previdência social brasileira entre o direito social e o mercado. **Revista São Paulo em Perspectiva**. São Paulo. v. 18, n. 3, 2004. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/spp/v18n3/24775.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

SILVA, L. L. **Formação do sistema previdenciário brasileiro: fatores históricos e econômicos**. Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, para obtenção do título *Magister Scientiae*. Viçosa, 2014. Disponível em:<<http://locus.ufv.br/bitstream/handle/123456789/1989/texto%20completo.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 14 de agos. 2017.

SOARES, C. Envelhecimento populacional e as condições de rendimento das idosas no Brasil. **Gênero**, v.12, n.2, p. 167-185, 2012. Disponível em:<<http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/420/313>>. Acesso em: 16 de Jan. 2017.

TAKAHASHI, M. A. B. C; IGUTI, A. M. As mudanças nas práticas de reabilitação profissional da Previdência Social no Brasil: modernização ou enfraquecimento da proteção

social? **Revista Cadernos de Saúde Pública.** 2008, v. 24, n. 11. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/csp/v24n11/21.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2016.

ZANELLA, A. J; CARVALHO, J. V. F; AFONSO, L. E. Quais os impactos da desaposentação? Um estudo para as aposentadorias por tempo de contribuição do regime geral de previdência social. **Revista Estudos Econômicos.** 2014, v. 44, n. 4. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/ee/v44n4/03.pdf>>. Acesso em: 06 dez. 2016.

ARTIGO 2 - MUDANÇAS NA VISÃO SOCIAL DE MUNDO DAS MULHERES IDOSAS APÓS O ACESSO AO BENEFÍCIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL

1. RESUMO

Diversos estudos têm mostrado o impacto que os benefícios previdenciários exercem na renda da população idosa. Um dos impactos mais importantes é a redução da pobreza entre os idosos, especialmente entre as mulheres. A entrada da aposentadoria no orçamento familiar influencia diretamente a mudança de *habitus* dos idosos, pois eles passam a possuir maior controle de seus gastos. A segurança do recebimento desse benefício todo mês dá um sentido de futuro para suas vidas. Partindo dessa perspectiva, objetivou-se com este estudo verificar as mudanças na visão social de mundo das mulheres idosas após o acesso ao benefício da previdência social rural. Esta pesquisa foi caracterizada como sendo descritiva-explicativa e envolveu as abordagens qualitativa e quantitativa. O estudo incluiu mulheres aposentadas que tinham 60 anos ou mais, residentes na cidade de Pedra do Anta, MG. Após a aplicação das entrevistas, estas foram analisadas utilizando o software *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS). Os resultados evidenciaram que as transformações nas condições de acesso aos benefícios previdenciários propiciados a partir da Constituição Cidadã contribuíram de forma ímpar para o aumento do nível de bem-estar das idosas entrevistadas. Isto se deve ao fato de a inclusão dessa renda nos domicílios ter aumentado o poder de compra dessas mulheres, assim como possibilitou o acesso ao consumo de bens anteriormente inacessíveis, permitindo também a melhoria das condições de moradia. A melhoria na renda refletiu diretamente no nível de consumo das famílias dessas idosas, principalmente de bens de consumo duráveis, o que caracteriza uma mudança de *habitus* em suas vidas.

Palavras-chave: Mulher idosa; *Habitus*; Aposentadoria.

2. ABSTRACT

Several studies have shown the impact social security benefits have on the income of the elderly population. One of the most important impacts is the reduction of poverty among the elderly, especially women. The addition of retirement insurance benefit to the familiar budget directly influences the change of *habitus* of the elderly, allowing them to have greater control of their expenses. The security this benefit provides every month gives a sense of accomplishment to their lives. From this perspective, this study aimed to verify the changes in the social outlook of elderly women after receiving rural social security benefits. This work was characterized as descriptive-explanatory and involved qualitative and quantitative approaches. The study included retired women, 60 years old or older, living in the municipality of Pedra do Anta, MG. The interview data obtained were analyzed using the Statistical Package for Social Sciences (SPSS) software. The results showed that the changes in the conditions of access to social security benefits provided by the Citizen Constitution have unequivocally contributed to an increased level of well-being of the elderly women interviewed. The inclusion of this benefit in the households of these women has increased their purchasing power, as well as the consumption of previously inaccessible goods, also allowing improved housing conditions. A better income reflected directly in the level of consumption of these elderly women's families, mainly in terms of acquisition of durable consumer goods, characterizing a change of *habitus* in their lives.

Keywords: Elderly woman; *Habitus*; Retirement.

3. INTRODUÇÃO

A previdência social é uma forma de proteção que assegura ao trabalhador e sua família uma fonte de renda, quando por algum motivo ele não pode mais exercer suas atividades normais, seja por doença, acidente, gravidez, prisão, morte ou velhice. A previdência possui dez tipos de benefícios diferentes, incluindo aposentadorias, pensão por morte, salário-maternidade e auxílio-doença (HORBACH, 2012).

Diversos estudos têm mostrado o impacto que a aposentadoria exerce na renda da população idosa. Um dos impactos mais importantes é a redução da pobreza entre os idosos, especialmente entre as mulheres. Pesquisas associam baixas proporções de idosos pobres ao maior grau de desenvolvimento e aos sistemas de proteção social consolidados. Ao se tratar da população acima de 60 anos, destaca-se que os benefícios aumentaram bem mais para as mulheres do que para os homens e que sua presença pode ser sinônimo de tranquilidade a essas idosas, porque, além de prover alimentação, seu lar ganha mais conforto com a aquisição de móveis, reformas, construções e outras transformações, muitas vezes não possíveis antes de usufruir dessa renda (AQUINO e SOUZA, 2007; BRUMER, 2002; BULLA e KAEFER, 2003; HORBACH, 2012; BARROS, 2014).

Segundo Barros (2014), a entrada do benefício no orçamento familiar influencia diretamente a mudança de *habitus* dos idosos, pois eles passam a ter maior planejamento de seus investimentos, como a aquisição de bens, o que lhes permite ter um horizonte de futuro planejado. A segurança do recebimento do benefício previdenciário todo mês dá um sentido de futuro para suas vidas e os possibilita fazer investimentos, como compra ou reforma da casa, e adotar hábitos alimentares mais saudáveis. A autora ressalta que o recebimento da aposentadoria criou uma predisposição para planejar o amanhã. Partindo dessa perspectiva, objetivou-se com este estudo verificar as mudanças na visão social de mundo das mulheres idosas após o acesso ao benefício da previdência.

4. REFERENCIAL TEÓRICO

4.1. Conceito de *habitus* na perspectiva feminina

A presente revisão fará uma abordagem do conceito de *habitus* utilizado pelo estudioso Bourdieu. O conceito de *habitus* mencionado ao longo desta revisão faz parte de uma das teorias-chave para entender as mudanças no cotidiano de mulheres idosas a partir da institucionalização da aposentadoria, que passa a modificar o *habitus* incorporado anteriormente. Em seu livro “A Socialização”, Dubar (2005) traz a definição de *habitus* de acordo com Bourdieu, como sendo “Sistemas de disposições duradouras e transponíveis,

estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípios geradores e organizadores de práticas e de representações”.

Bonnewitiz (2003) corrobora ao afirmar que o *habitus* é um sistema de disposições duradouras obtidas pelo indivíduo durante o processo de socialização, sendo as disposições atitudes, inclinações para perceber, sentir, fazer e pensar interiorizadas pelos indivíduos em razão de suas condições objetivas de existência, e que funcionam então como princípios inconscientes de ação, percepção e reflexão. Além disso, o *habitus* é como percebemos e julgamos nossa realidade, é o produtor de nossas práticas, ou seja, está na base daquilo que define a personalidade de um indivíduo.

Neste sentido, Dubar (2005) ressalta a importância do *habitus* segundo Bourdieu, que afirma que essa importância se deve a um conjunto coerente de disposições subjetivas, capazes de estruturar as representações e de gerar práticas, que podem ser pensadas e analisadas como produto de uma história, ou seja, de uma sequência necessariamente heterogênea de condições objetivas, sequência essa que define a trajetória dos indivíduos como movimento único pelos campos sociais, como a família de origem, o sistema escolar ou o universo profissional.

Bonnewitiz (2003) faz referência a Bourdieu e define duas categorias de *habitus*: o *habitus* primário e o *habitus* secundário. O *habitus* primário é aquele que é adquirido na infância, ou seja, incide das ações pedagógicas que sofremos. Esse *habitus* é o primeiro a ser adquirido e também é mais duradouro. Como a família exerce um papel fundamental nessa socialização inicial, podemos afirmar que o indivíduo tende a interiorizar as propriedades ligadas à posição dos pais no espaço social, uma vez que as pessoas situadas em condições sociais diferentes irão adquirir disposições diferentes.

Ao longo da vida do indivíduo pode surgir, sobre o *habitus* primário, o *habitus* secundário, tendo a escola um papel particular nessa socialização. Deste modo, o *habitus* escolar vem continuar e redobrar o *habitus* familiar. Efetivamente, as aquisições mais antigas condicionam as mais recentes, e cada aquisição nova se integra ao conjunto, em um só *habitus*, que não para de se adaptar e de se ajustar em função das necessidades inerentes às situações novas e inesperadas (BONNEWITIZ, 2003).

Barros (2014) relaciona o *habitus* secundário com a universalização da previdência social rural a partir da criação da Constituição Cidadã de 1988. A autora afirma que a partir da promulgação da constituição os idosos saíram de uma situação de *habitus* precário antes vivido para o *habitus* secundário, principalmente os idosos residentes na zona rural. A autora

propõe chamar de “*habitus* previdenciário”, pois, segundo ela, essa expressão pretende caracterizar, tomando como base o mesmo sentido atribuído por Bourdieu, a predisposição para agir segundo a incorporação de determinadas práticas cotidianas. Portanto, o acesso à aposentadoria pode introduzir algumas práticas que vão se incorporar na vida dessas idosas, e isso pode repercutir em mudanças.

Neste sentido, Barros (2014) afirma que a entrada do benefício no orçamento familiar influencia a mudança de *habitus* dos idosos, que passam a planejar os investimentos com a aquisição de bens e a aplicação de capital para executar novas atividades dentro da propriedade.

4.2. Mudanças ocorridas no consumo familiar após o acesso ao benefício da previdência social rural

A aposentadoria vem proporcionando aos seus beneficiários um novo contexto orçamentário e criando novas necessidades e possibilidades de consumo e compra, principalmente no meio rural. No Brasil constata-se a redução da população residente na zona rural. Esse fenômeno pode ser explicado pelo fato das atividades agrárias não garantirem a rentabilidade necessária. Diante disso, a aposentadoria passa a ser considerada uma fonte de renda que exerce o papel de estimular os integrantes da família a ficarem na propriedade, pois a família passa a desfrutar de uma renda fixa, que permite investir na propriedade e planejar de forma mais adequada a sobrevivência familiar (HORBACH, 2012).

Com a aposentadoria os membros da família começam a viver com mais tranquilidade, pois passam a ter uma renda mensal. Com a melhoria da renda tem-se um aumento significativo de consumo das famílias, principalmente quando se trata de bens de consumo duráveis. As famílias passam a desfrutar de bens e serviços que antes não lhes eram acessíveis, pois utilizavam a renda que tinham para comprar bens considerados de primeira necessidade. No caso de famílias residentes na zona rural, apenas a renda adquirida da terra não era suficiente para comprar bens como geladeira máquina de lavar roupas, telefone celular, entre outros. A aquisição desses bens não trouxe apenas comodidade, mas também satisfação por estarem adquirindo algo que reverteria na melhoria da qualidade vida (HORBACH, 2012).

Para a mulher idosa urbana a variável renda pode não ser tão significativa quanto a redução da dupla jornada de trabalho, pois ela não terá mais que dividir o seu tempo entre o

trabalho externo e o cuidado com a casa e os filhos. No entanto, o nascimento de netos poderá trazer-lhe novas responsabilidades (BULLA e KAEFER, 2003).

Para as mulheres idosas, a aposentadoria não representa apenas redefinição das funções domiciliares. A idosa rural tem sua vida modificada pela renda, enquanto na cidade a mulher idosa, que a princípio pode ter mais tempo livre, descobre outras utilidades para realização de atividades diversas, como dança, artesanato, atividade física, dentre outras.

5. MÉTODOS

Esta pesquisa foi caracterizada como sendo descritiva-explicativa e envolveu as abordagens qualitativa e quantitativa. O estudo incluiu mulheres aposentadas com 60 anos ou mais, residentes na cidade de Pedra do Anta, MG. Considerando o percentual de idosas (18,81%) em relação à população total, conforme dados do IBGE (2010), o estudo se faz relevante, uma vez que esse é o município com maior número de idosos da microrregião de Viçosa, MG.

Foram entrevistadas 80 idosas aposentadas, sorteadas dentre os 333 indivíduos da população. Considerando que a população de mulheres idosas urbanas era de 228 (68,47%) e as rurais de 105 (31,53%), foram entrevistadas 55 mulheres pertencentes à zona urbana e 25 pertencentes ao meio rural. Após obter o número exato de idosas aposentadas que participariam do estudo, foram realizadas as entrevistas semiestruturadas.

Para identificação do número total de mulheres idosas, utilizaram-se dados cadastrais dos domicílios, fornecidos pelo Programa de Saúde da Família (PSF) da Secretaria Municipal de Saúde e pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais do município de Pedra do Anta. Os critérios para serem incluídas na pesquisa foram: serem aposentadas e terem 60 anos ou mais.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) da Universidade Federal de Viçosa/UFV, cujo parecer corresponde ao número: 1.668.655. Em resposta à resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, anexou-se o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) à entrevista, para a assinatura das idosas.

Após a aplicação das entrevistas, estas foram transcritas, analisadas e organizadas em categorias e inseridas em uma planilha de *Excel*. Em seguida foram transportadas para o programa estatístico *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS), para possível análise. A entrevista possuía 26 perguntas, tendo sido todas gravadas com a autorização das participantes. Em uma questão utilizou-se a escala de *likert*, com o intuito de medir o grau de

satisfação das idosas sobre a aposentadoria. Os áudios das questões foram transcritos e utilizados no decorrer do texto, para ilustrar e reafirmar os dados descritos.

6. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para avaliar o impacto atribuído pela aposentadoria na vida das mulheres idosas, utilizou-se a escala *likert*, com as opções: (5) melhorou muito, (4) melhorou pouco, (3) ficou igual, (2) piorou pouco e (1) piorou muito. A opção melhorou muito correspondeu a uma média de 4,83, o que evidencia que a aposentadoria apresentou um impacto positivo na vida das idosas. Isso também pode ser comprovado em suas falas, ao observamos os relatos de como era sua vida antigamente e a realidade atual.

A aposentadoria é a redenção da gente, né? É porque male de nós se não fosse a aposentadoria, minha filha. É nois tem um recurso pra tratar da saúde, né?, da alimentação, de primeiro eu alembro quando eu era mocinha morria muitas pessoa coitado, de idade, à mingua, que não tinha recurso de tratar da saúde, não tinha recurso de comer uma coisa melhor, às vezes aqueles velhinho, a gente via descer, passar com enxada, em frente à casa da gente... Com os pé cascudo, igual pé de boi, que nem carçado não havia pra eles carçar... Agora não, hoje o homem que aposentou que seja, eles é forgado, trabalha por acaso em alguma coisa, né?... (Entrevistada 6).

A gente também que é mulher melhorou 100% pra gente. Mal de nós, minha filha, se não fosse a aposentadoria, se eu não fosse aposentada eu não podia tá aqui na rua..., né? Eu tenho um sitiozinho na roça, eu tinha que viver, se virar com que eu desfrutava lá do meu terreno, né? Plantava, fazia uma colheita maior pra vender um pouco, a gente comprar uma roupa, comprar as coisa que necessitava em casa, criava galinha, criava muita galinha pra, assim, vendia, levava na, vinha trazer aqui no Anta, levava, né?...Teixeira, vendia aqui, a gente comprava aquele extraordinário para levar para casa, comprava um macarrão, farinha de trigo, açúcar, coava café tudo de rapadura, aí que tinha recurso da gente comer alguma coisa melhor, com o dinheiro de galinha, fazia queijo, mas quem não tinha esse recurso passava, né?, com o que tinha (Entrevistada 6).

A gente antigamente só comia lá na roça aqueles cumê sem uma carne, comia carne quando matava um frango, matava um capado. Depois que eu aposentei Deus abençoou que eu já passei comprar carne quando faltava, e um macarrão com massa, já comecei comprar as coisas diferente, né?, igual, tinha muito filho, e não tinha aposentadoria nem minha, nem do esposo, porque eu aposentei primeiro que ele, mais depois que eu aposentei melhorou muito, os remédios da menina que tem problema, nois passava mô dificuldade pra comprar os remédios, remédio tudo caro, era muito difícil, as criação que nois tinha cabou com tudo, gastando com ela. No princípio ela fazia tratamento particular (Entrevistada 7)

Demais da conta é... Nem te falo o que, a filharada lá toda comia angu doce, não tinha esse negócio de comprar pão, fazer bolo pra merenda não, um tar de cuscuz, gambá suado, né?, fiz tanto... Broa de fubá com rapadura, sem leite, só com água, bicarbonato, fazia aqueles caçarolão, era muita gente, né?... (Entrevistada 68).

Por meio dessas falas, percebe-se a importância da aposentadoria na vida dessas mulheres, uma vez que o benefício lhes permitiu sair de uma situação de pobreza extrema. Aquino e Souza (2007) ressaltaram que a aposentadoria exerce um importante papel social,

principalmente nas regiões brasileiras, sendo um dos meios mais eficazes de minimizar a pobreza.

Outro aspecto que chama atenção nos relatos é que muitas idosas não tinham condições de consumir determinados alimentos, como a carne, por exemplo. A partir do momento em que passaram a ter acesso ao benefício, conseguiram usufruir de coisas antes não acessíveis. Geralmente, essas idosas só consumiam o que havia em sua propriedade, ou seja, o que era cultivado pela família.

Constata-se, por meio dessas falas, o quanto o benefício afetou o orçamento familiar, influenciando a mudança de *habitus*, uma vez que as idosas passaram a planejar seus investimentos e a adquirir bens. “O *habitus* é essa espécie de senso prático do que se deve fazer em determinada situação” (BOURDIEU, 2011).

Foi perguntado se após o recebimento do benefício da previdência social houve algum investimento, e 68,8% idosas disseram que sim. O investimento mais citado (76,4%) foi construção e reforma da casa. Os depoimentos a seguir fazem menção a esse fato:

Aram eu, comigo foi, depois que, a gente, né?, trabalhava na roça, era muito, né?, sacrifício, cria a família com dificuldade, mais aí que a gente se aposentou já, já valeu muito, já foi ajudando, mudou muito, a gente já, eu pude comprar um lotezinho, construir uma casa, que agora a gente mudou pra aí e a gente tem a casa própria. Eu vejo a aposentadoria como algo bom, eu já ouvi falar que aposentadoria não vale de nada, mais pra mim valeu a pena e tá valendo, continua valendo (Entrevistada 03).

A gente não tinha terra, uma terra dos outros, depois que a gente aposentou, já foi sobrando um dinheirim, foi economizando, aí já deu para comprar um pedacinho de terra, ter um sitiozinho, a aposentadoria me valeu demais (Entrevistada 03).

Nota-se que a aquisição desses bens não trouxe apenas comodidade, mas também satisfação por estarem adquirindo algo que reverteria na melhoria da sua qualidade vida. Todas as entrevistadas, depois que se aposentaram, fizeram a aquisição de algum móvel ou eletrodoméstico. Algumas só tiveram condições de comprar esse tipo de bem depois que se aposentaram, o que pode ser constatado nos relatos a seguir:

A gente tem mais liberdade, a gente compra o que a gente quer, né? O marido sempre faz mais para sustentar assim a família, né?, no alimento (Entrevistada 08).

Homem tem mais a mão fechada, às vezes acha tudo é bobagem. Lá em casa tem meus móveis, tudo foi eu que comprei, ele não proíbe não, mas ele num acha que, ah, é bobagem comprar isso, graças a Deus (Entrevistada, 67).

Com reação ao benefício da previdência social, foi indagado às idosas como elas fazem uso desse dinheiro, ou seja, como ele é gasto. Foi pedido que elas enumerassem seus gastos, de acordo com sua prioridade. O primeiro item citado por elas foi a despesa da casa: 83,8%

disseram usar o dinheiro para comprar coisas para casa. Os gastos com remédios (70,1%) vieram logo após. As consultas médicas foram a terceira prioridade mencionada (60,4%).

Com relação aos investimentos, 36,4% disseram ter realizado alguma reforma na casa, o que ocupou a quarta posição, bem como a compra de móveis e eletrodomésticos (32,5%). As entrevistadas afirmaram que nem sempre dá para poupar, uma vez que os gastos são muitos, principalmente no que se refere às despesas com medicamentos, portanto, muitas vezes, o salário é pouco para tantas despesas, ficando a poupança em sétima posição (44,4%). Já o lazer (50%) ficou na oitava colocação, como algo que possui menos prioridade para elas. As idosas disseram que só passeiam ou divertem no mês que conseguem fazer alguma economia, e somente se todas as necessidades básicas tiverem sido atendidas.

Neste sentido, constata-se que a mudança de *habitus* na vida dessas idosas está diretamente ligada ao modo como elas passam a planejar suas vidas, o que influencia os gastos com a casa, com os familiares e com o consumo de bens pessoais. Aquino e Souza (2007) corroboram ao afirmar que a renda proveniente da aposentadoria permitiu às idosas fazer gastos mensais fixos com alimentação, vestuário, melhorias na propriedade e também na residência. Todo esse poder de compra, bem como essa capacidade de planejar seus investimentos, influenciou diretamente a qualidade de vida dessas idosas, que passam a possuir e a administrar seu próprio dinheiro.

7. CONCLUSÃO

Com base nos resultados deste estudo, foi possível concluir que as transformações nas condições de acesso aos benefícios previdenciários propiciados a partir da Constituição Cidadã contribuíram de forma ímpar para o aumento do nível de bem-estar das idosas entrevistadas. Isto se deve ao fato de a inclusão dessa renda nos domicílios ter aumentado o poder de compra e possibilitado o acesso ao consumo de bens anteriormente inacessíveis, permitindo também a melhoria das condições de moradia.

Após o recebimento do benefício da aposentadoria, as idosas passaram a viver com mais tranquilidade, pois podem contar com aquela renda no final do mês. A melhoria na renda refletiu diretamente no nível de consumo das famílias dessas idosas, principalmente em bens de consumo duráveis, o caracteriza uma mudança de *habitus*, uma vez que elas passam do *habitus* primário, no qual foram educadas, para o *habitus* secundário, adquirido depois do acesso ao benefício.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO, J. R; SOUZA, R. **Impactos socioeconômicos da Previdência Rural no Brasil: um estudo de caso no Município de Encanto/RN**. Rio Grande do Norte. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/6/663.pdf>>. Acesso em: 18 agos. 2016.

BARROS, V. A. M. **A aposentadoria rural e as mudanças nos modos de vida dos idosos que vivem no campo: em análise os municípios de Piranga e São Miguel do Anta, Minas Gerais**. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Magister Scientiae*. Viçosa, 2014. Disponível em: <<http://locus.ufv.br/bitstream/handle/123456789/4209/texto%20completo.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 27 jan. 2017.

BONNEWITIZ, P. **Primeiras lições sobre a sociologia de P. Bourdieu** \ Patrice Bonnewitz; tradução de Lucy Magalhães. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

BULLA, L. C; KAEFER, C. O. Trabalho e aposentadoria: as repercussões sociais na vida do idoso aposentado. **Revista Virtual Textos & Contextos**, n. 2. 2003. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/957/737>>. Acesso em: 01 Set. 2016.

BOURDIEU, P. **Razões Práticas: Sobre a teoria da ação**/Pierre Bourdieu; Tradução: Mariza Corrêa – 11ª ed. – Campinas, SP: Papirus, 2011.

BRUMER, A. **Previdência social rural e gênero**. Revista Sociologias. Porto Alegre, 2002, p. 50-81. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n7/a03n7>>. Acesso em: 02 Set. 2016.

DUBAR, C. A socialização como incorporação do *habitus*. In: **A socialização: Construção das identidades sócias e profissionais**/ Claude Dubar; tradução Andréa Stahel M. da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

HORBACH, J. **Aposentadoria rural por idade e a influência desta renda no bem estar de famílias rurais do município de Horizontina**. Horizontina, 2012. Disponível em: <http://www.fahor.com.br/publicacoes/TFC/Economia/2012/Juliana_Horbach.pdf>. Acesso em: 03 Set. 2016.

INSTITUO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2011). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/sinopse/default_sinopse.shtm>. Acesso em: 29 Ago. 2016.

ARTIGO 3 – O IMPACTO DO RECEBIMENTO DA APOSENTADORIA PERCEBIDO PELA MULHER RURAL E URBANA

1. RESUMO

Os benefícios previdenciários têm desempenhado papel de destaque na redução da pobreza e na melhoria da distribuição de renda tanto das idosas que vivem em áreas rurais, quanto das idosas do meio urbano. Neste sentido, o acesso aos direitos previdenciários permitiu aos idosos, em particular à mulher, um maior empoderamento no âmbito familiar, o que tende a crescer com o intenso envelhecimento da população. O presente estudo teve como objetivo comparar o impacto do recebimento da aposentadoria percebido pela mulher rural e urbana. Esta pesquisa é de natureza descritiva-exploratória, com abordagens qualitativa e quantitativa. Os sujeitos da pesquisa foram mulheres aposentadas que tinham 60 anos ou mais. O instrumento de coleta de dados foi a entrevista semiestruturada, analisada pelo software *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS). Os resultados comprovam a importância que o benefício de seguridade social tem desempenhado na redução da pobreza da população idosa como um todo. Envelhecer no meio rural ou na cidade apresentou aspectos bem similares, e contextualizar essas duas formas de realidade social permitiu compreender as mudanças trazidas após o acesso ao benefício e, também, o processo de envelhecimento marcado por cotidianos diferenciados.

Palavras-chave: Aposentadoria; Mulheres idosas; Zona rural e urbana.

2. ABSTRACT

Social security benefits have played a prominent role in reducing poverty and improving income distribution of elderly women living in both rural and urban areas. In this sense, access to social security rights has enabled the elderly, particularly women, to have greater family empowerment, which tends to increase as the population becomes older. This study aimed to compare the impact of obtaining retirement benefits by rural and urban women. This work is descriptive-exploratory in nature, with qualitative and quantitative approaches. The subjects were retired women 60 years old or older. Semi-structured interview data were collected and analyzed by the Statistical Package for Social Sciences (SPSS) software. The results obtained confirm the important role played by social security benefits in reducing poverty of the elderly population as a whole. Aging in the countryside or in the city presented very similar aspects. Contextualizing these two forms of social reality allowed us to understand the changes brought upon after access to the benefit as well as the changes in the aging process marked by a differentiated daily life.

Keywords: Retirement; Elderly women; Rural and urban area.

3. INTRODUÇÃO

Do total da população idosa em 2013, 84,3% vivia em áreas urbanas e apenas 15,7% encontrava-se no espaço rural, resultado do intenso processo de industrialização, que gerou mudanças significativas na geografia brasileira. Desta forma, a população brasileira, que até a década de 1940 era predominante rural, passa a se caracterizar como sendo urbana (ALCÂNTARA, 2016).

As diferenças entre a população urbana e rural não se restringem apenas à porcentagem de pessoas que vivem nessas áreas, elas envolvem os modelos de benefícios da previdência social, que também se diferenciam para homens e mulheres.

O modelo de previdência social adotado no Brasil para o setor urbano, cujos trabalhadores têm empregos assalariados formais e rendimentos regulares, não é o mesmo para os trabalhadores rurais, pois esses não possuem rendimentos regulares e sua produção é principalmente para o autoconsumo, consequentemente eles não são classificados como assalariados (SCHWARZER, 2000 apud AZEVEDO, 2013 e BRUMER, 2002).

Nas últimas décadas a dinâmica de desenvolvimento do País tem mostrado a subordinação do setor rural ao urbano, uma vez que lhe compete financiar investimentos com transferência de recursos do setor agrário para o industrial, o que faz com que grande parte de agricultores familiares fique excluída (SCHWARZER, 2000 apud AZEVEDO, 2013 e BRUMER, 2002). Além disso, o grau de pobreza nas áreas rurais é maior que no meio urbano, e isso tende a aumentar, pois os subsídios rurais têm diminuído de forma expressiva (BELTRÃO et al., 2005).

Consequentemente, a capacidade contributiva do setor rural com relação aos benefícios previdenciários é baixa, o que traz desequilíbrio entre contribuintes e beneficiários. Para Schwarzer apud Azevedo (2013) e Brumer (2002), há a necessidade de financiamento alternativo ou complementar à renda, de modo que se crie uma cobertura universal. Apesar disso, nos últimos 30 anos muitas leis avançaram no sentido de melhorar a cobertura social dos trabalhadores rurais, sejam eles assalariados ou autônomos, aproximando-os, em termos de direitos sociais, dos trabalhadores urbanos (AZEVEDO, 2013; BRUMER, 2002).

Apesar da política previdenciária ter como objetivo cobrir riscos quando o trabalhador apresenta alguma incapacidade de trabalho, ela tem se apresentado como a principal fonte de renda quando nos referimos ao público idoso, tendo um impacto positivo na redução da pobreza entre eles, especialmente entre as mulheres idosas (CAMARANO e FERNANDES, 2016). Camarano e Fernandes (2016) comprovaram esse fato, ao verificar que, em 2014, a

renda advinda dos benefícios previdenciários compunha 55,5% da renda do homem, apresentando uma porcentagem ainda mais significativa com relação à das mulheres (79,9%).

Possuir essa renda não favorece somente os idosos, mas também os não idosos, uma vez que o benefício possui grande influência sobre a renda da família. Desta forma, pode-se inferir que a universalização da previdência cumpre a função de proteção moderna e, também, permite ao idoso uma revalorização no âmbito familiar, já que muda o seu papel ou sua posição na família. Ele passa de assistido para assistente, principalmente no contexto da estratégia de sobrevivência das famílias mais pobres (CAMARANO e FERNANDES, 2016).

Portanto, pode-se afirmar que os benefícios previdenciários têm desempenhado um papel de destaque na redução da pobreza e na melhoria da distribuição de renda, tanto para as idosas que vivem em áreas rurais quanto as do meio urbano. Esses benefícios têm afetado o público rural de forma ainda mais significativa, dada a composição dos arranjos familiares, a estrutura produtiva, bem como a economia familiar do setor.

Este estudo teve como objetivo comparar o impacto percebido pela mulher residente na zona rural e urbana após o recebimento da aposentadoria, dado que a política de previdência social rural tem assumido grande importância na diminuição da pobreza não só das idosas residentes nas zonas rurais, mas também das que se concentram em áreas urbanas.

4. REFERENCIAL TEÓRICO

4.1 Mudanças no estado de bem-estar social, a partir da previdência rural

Nos anos 1970, houve uma mobilização de mulheres rurais no Rio Grande do Sul. A princípio esse movimento tinha como objetivo lutar pelo atendimento médico e hospitalar para os agricultores rurais, mas em seguida as reivindicações tomaram outro enfoque: as agricultoras passaram a reivindicar a inclusão das mulheres como beneficiárias diretas do sistema de previdência social. Esse fato trouxe preocupações ao movimento, pois, para terem acesso à aposentadoria, essas mulheres deveriam ser reconhecidas como trabalhadoras rurais. A comprovação de condição de trabalhador rural era feita pela porcentagem de produto vendido, portanto para ter acesso a esse benefício as mulheres deveriam ter seu nome incluído nas notas de venda dos produtos (CORDEIRO, 2007).

A inclusão de trabalhadores rurais foi tardia, se comparada à dos trabalhadores do meio urbano, devendo ser ressaltado que a inclusão das mulheres rurais ocorreu ainda mais tardiamente. Isso pode ser explicado, em parte, pelo seguinte argumento: antes de receber o benefício da previdência, essas mulheres deveriam ser reconhecidas como trabalhadoras

rurais. Dentro dessa perspectiva, outras reflexões foram necessárias, incluindo a não valorização do trabalho da mulher rural no âmbito da casa, pois esse era considerado somente uma ajuda às atividades realizadas pelos homens, e muitas vezes restrito às atividades domésticas, mesmo que incluíssem tarefas vinculadas à produção (BRUMER, 2002). Poucas vezes os homens assumiam as atividades consideradas reprodutivas, criando uma divisão entre o público e o privado, sendo o privado sempre delegado à mulher (PAUTASSI, 2007).

As mulheres rurais passaram a ter acesso ao benefício da aposentadoria por idade e à licença-maternidade na Constituição Federal de 1988 (BRUMER, 2004). No entanto, a falta de documentação das mulheres para comprovar a função de trabalhadoras rurais alcançou visibilidade somente nos anos 1990, por meio de reivindicações, denúncias e campanhas organizadas pelas mulheres rurais. Em 1997, a Articulação Nacional de Trabalhadoras Rurais (ANMTR) lançou a Campanha Nacional de Documentação intitulada “Nenhuma Trabalhadora Rural sem Documentos”. Em 2003, o governo criou o Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora, que assegurava o fornecimento de documentos às mulheres agricultoras (CORDEIRO, 2007).

Até então o homem, por ser considerado o chefe e o mantenedor da família, era o único a ter o direito à aposentadoria rural. A criação da Constituição fez com que houvesse uma equiparação do acesso entre os dois sexos, permitindo maior igualdade entre ambos (KRETER e BACHA, 2006).

Antes consideradas dependentes, as mulheres rurais passaram a ser vistas como autônomas e cidadãs de direitos, o que permitiu que elas fossem incluídas como beneficiárias da previdência social. Essa forma de acesso trouxe a essas mulheres maior empoderamento, pois elas passaram a ter seu trabalho reconhecido e valorizado, o que representou uma conquista de cidadania que antes não possuíam de fato (BRUMER, 2004).

Outro aspecto que deve ser ressaltado, e já foi abordado por vários autores, é a importância da previdência social como política de distribuição de renda não só para as mulheres e os homens rurais, mas para toda a população de baixa renda. Para Ferreira e Souza (2007), a política de previdência social é uma das políticas mais importantes para a economia do País, bem como para dinamização de vários municípios de baixa renda. Reis et al. (2015) referendam essa argumentação, ressaltando que os rendimentos advindos dos benefícios da aposentadoria representam uma grande parcela da renda domiciliar, sobretudo para as famílias com renda mais baixa.

Deste modo, percebe-se que a política de previdência social constitui um importante mecanismo para diminuição da pobreza de vários municípios e estados, principalmente de famílias pobres que se encontram em situação de vulnerabilidade (DEDECCA, 2006). Para as famílias muito pobres, os benefícios sociais equivalem a uma parcela significativa de sua renda (MEDEIROS e SOUZA, 2013). Albuquerque et al. (1999) afirmaram que é a renda dos aposentados que sustenta o comércio em cidades pequenas, e que com a aposentadoria a renda do trabalhador rural deixou de vir somente da agricultura.

Portanto, pode-se dizer que as políticas sociais são instrumentos eficientes para proteção de famílias de baixa renda (DEDECCA, 2006) e que a concessão do benefício aos trabalhadores rurais é uma forma de incentivo para eles permanecerem no campo, visto que hoje não se vive apenas do que é plantando, e uma renda fixa pode garantir ao trabalhador rural meios de manter sua sobrevivência. Alguns estudos revelam que o benefício da aposentadoria trouxe mudanças no estado de bem-estar social, em especial no meio rural.

4.2 O impacto da previdência social rural para a mulher idosa rural e urbana

A partir do século XX a previdência social passou a ter papel de destaque na sociedade brasileira, sendo uma forma de proteção ao trabalhador e à sua família, no sentido de assegurar-lhes uma fonte de renda (HORBACH, 2012).

Com relação ao âmbito rural, o avanço da aposentadoria trouxe importantes impactos socioeconômicos, e isso levou alguns pesquisadores a pensar que existia um “novo setor” no meio rural brasileiro (AQUINO e SOUZA, 2007). Antes de receber o benefício, os trabalhadores rurais que faziam parte da agricultura familiar sobreviviam somente do que eles plantavam. Com a aposentadoria rural por idade, esses agricultores e seus familiares passaram a ter uma renda mensal fixa, que além de servir como seguridade, também se tornou uma forma de diminuir a pobreza (HORBACH, 2012). A previdência se transformou no mais importante programa social de distribuição de renda do País para homens e mulheres, podendo ser considerada o principal fator de dinamização da economia de centenas de municípios (AQUINO e SOUZA, 2007).

A previdência social tem como objetivo a universalidade, sendo estendida a qualquer grupo, desde que ele participe com sua contribuição. No entanto, o papel de garantia da universalidade deve ser incentivado por meio de políticas públicas a grupos com baixa capacidade contributiva. Se na previdência rural o direito social tem como comprovação o

tempo de trabalho, no meio urbano esse tempo deve ser de contribuição (RANGEL et al., 2008).

A previdência social trouxe várias mudanças, a maior delas em relação às mulheres, que além de conquistarem os mesmos direitos que os homens ao benefício previdenciário, tiveram a redução de cinco anos no acesso à aposentadoria. O acesso ao benefício muda a trajetória de vida das idosas, uma vez que elas se tornam mais autônomas e se libertam da situação de dependência do cônjuge ou de qualquer outro membro familiar (AQUINO e SOUZA, 2007), e muitas delas passam a assumir novos papéis dentro da família, por exemplo, de cuidadora provedora e chefe de família.

Diante disso, o benefício da previdência social tem sido uma importante política pública, que vem proporcionando maior destaque das mulheres idosas no âmbito da família, pois elas deixam a posição de dependentes e passam a assumir novos papéis familiares, como de cuidadora, provedora e chefe de família.

5. METODOLOGIA

5.1 Caracterização da pesquisa

O presente estudo foi de natureza descritiva-explicativa, com abordagens qualitativa e quantitativa.

5.2 Local do estudo

O estudo foi realizado na cidade de Pedra do Anta, MG. O número de idosos do município, de acordo com o Censo Demográfico (2010), era de 633, o que correspondia a 18,81% da população total, portanto é o município com o maior número de idosos da microrregião de Viçosa.

5.3 Sujeitos da pesquisa

A pesquisa envolveu mulheres idosas aposentadas com 60 anos ou mais, pois o Estatuto do Idoso (2003) considera idoso o indivíduo com idade acima de 60 anos.

5.4 Técnicas de coleta e análise dos dados

Para realização da coleta de dados primários, foram utilizados os seguintes procedimentos: o primeiro passo foi selecionar as idosas a serem entrevistadas, considerando os seguintes critérios: mulheres que eram aposentadas e que tinham 60 anos ou mais. Para identificação do número total de mulheres idosas que recebiam o benefício, foram utilizados

os dados cadastrais dos domicílios, fornecidos pelo Programa de Saúde da Família (PSF) da Secretaria Municipal de Saúde e pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais do município de Pedra do Anta.

Do total de mulheres idosas (633), 80 foram entrevistadas após o cálculo da amostragem, sendo 55 residentes na zona urbana e 25 na zona rural. Após obter o número exato de idosas aposentadas que participariam do estudo, foi estabelecido contato com as mulheres idosas e realizadas entrevistas semiestruturadas. Com o intuito de atender aos objetivos da pesquisa, a entrevista abordou o perfil socioeconômico, pessoal e familiar das idosas e as principais mudanças decorrentes a partir do recebimento do benefício da previdência social. A entrevista possuía 26 questões, e em uma questão utilizou-se a escala de *likert*, para comparar o grau de satisfação das idosas rurais e urbanas em relação à aposentadoria.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa (CEP-UFV), cujo parecer corresponde ao número 1.668.655, tendo, em todo o processo, sido atendidos os princípios éticos dispostos na resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. Nas entrevistas utilizou-se o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assinado pelas entrevistadas em duas vias: uma via pertencia à idosa e outra à pesquisadora. No TCLE das idosas que não tinham condições de assinar, por condições de analfabetismo, foi usado a almofada de carimbo, para que elas pudessem assinar.

Após a coleta de dados, as respostas obtidas nas entrevistas foram tabuladas, categorizadas e descritas na forma de quadros e tabelas, permitindo assim melhor compreensão e visualização dos dados. Depois da extração dos dados e da organização das categorias, eles foram inseridos em uma planilha de *Excel* do software da *Microsoft Office* a fim de transportá-los para o programa estatístico *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS) versão 20.0, para realização da Análise Exploratória de Dados (AED), o que possibilitou a descrição das variáveis da pesquisa, bem como a apresentação dos valores de frequência, porcentagens e média. As falas das idosas foram transcritas, e no decorrer do texto foram trazidas à baila para ilustrar e reafirmar os dados descritos. Ao final, buscou-se interpretar e discutir os resultados, com base na literatura, preocupando-se em responder as perguntas de pesquisa e os objetivos propostos pelo estudo.

6. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A média de idade das entrevistadas residentes nas diferentes zonas se mostrou similar, uma vez que as idosas da zona rural tinham em média 71,56 anos e as da zona urbana 71,51anos. A média de filhos foi superior para as idosas urbanas, que tiveram em média 5,90 filhos, enquanto as idosas rurais tiveram 5,41. Quanto ao número de pessoas que residiam com elas, os dados foram semelhantes, já que as rurícolas viviam com uma média de 4,60 pessoas no domicílio, enquanto as urbanas possuíam uma média de 4,76 indivíduos em sua composição familiar.

Do total de mulheres entrevistadas na zona urbana, 26,25% eram viúvas, número este significativo se comparado com o do meio rural, que apresentou uma porcentagem apenas de 7,5%. A zona urbana também apresentou a maior porcentagem de solteiras, como pode ser observado a seguir (Quadro 04).

Quadro 04 – Estado civil das entrevistadas de acordo com o meio rural e urbano, Pedra do Anta, MG, 2016.

Residente	Casada/Morando Junto	Viúva	Divorciada	Solteira	Total
Zona urbana (55)	33,75%	26,25%	1,25%	7,5%	68,75%
Zona rural (25)	21,25%	7,5%	0	2,5%	31,25%
Total (80)	55%	33,75%	1,25%	10%	100%

Fonte: Dados da pesquisa.

A renda das idosas, tanto urbanas quanto rurais, era de dois salários mínimos: 46,25% das idosas urbanas entrevistadas e 26,25% das idosas rurais. Em seguida vêm as que recebiam um salário mínimo: 18,75% urbanas e apenas 1,25% das residentes na zona rural . Entre as entrevistadas que recebiam três salários mínimos, somavam-se 3,75% urbanas e 2,5% rurais. As mulheres com rendimentos de quatro salários mínimos ou mais são representadas apenas por 1,25% das residentes no meio rural.

A realidade rural estudada difere do que vem sido abordado pela literatura. Alcântara (2016) relatou que o rendimento domiciliar *per capita* é essencial para avaliação das condições de vida dos indivíduos, e que quando fazemos referência ao espaço rural brasileiro os idosos com renda inferior a um salário mínimo, ou seja, os considerados em situação de pobreza, superam os que residem na zona urbana.

Quanto à escolaridade, mais da metade possuía apenas o ensino fundamental incompleto, sendo 32,5% delas residentes em áreas urbanas e 16,25% em áreas rurais, o que

comprova as altas taxas de analfabetismo entre a população idosa. Para Alcântara (2016), o presente contexto nos faz pensar sobre a relação entre escolaridade e renda, dado que a população idosa brasileira, comparada com os demais segmentos populacionais, apresentava-se como sendo a mais pobre e também a menos escolarizada.

É interessante destacar que apesar dessas idosas vivenciarem um ambiente de menor renda, elas viviam em casas próprias, comparado à população jovem, e ainda contribuíam de forma considerável para despesas do grupo familiar. O número de idosos brasileiros que recebem algum benefício previdenciário é o mais significativo entre os países da América Latina (ALCÂNTARA, 2016).

Do total das entrevistadas urbanas, 47,5% se consideravam a chefe da família. Essa realidade difere da zona rural, onde apenas 13,75% disseram ser a chefe e 8,75% afirmaram ser o cônjuge o chefe da família. Isso faz referência aos traços culturais trazidos ao longo do tempo com relação ao gênero, uma vez que a mulher rural ainda tem um papel subalterno com relação a seu cônjuge. Azevedo (2013) ressalta que o reconhecimento da discriminação das mulheres é resultado de uma ideologia de gênero. Essa condição é, em muitos casos, vista como “natural”, sendo a mudança espontânea algo difícil, sendo necessário haver a indução para uma tomada de consciência relacionada à discriminação por gênero.

Todavia, pode-se inferir que a mulher idosa continua a desempenhar o seu papel de cuidadora e vem assumido cada vez mais o de provedora. Os indicadores de rendimento têm apontado uma melhoria absoluta e relativa nas condições de vida das mulheres idosas, e isso também tem repercutido em suas famílias, uma vez que as famílias chefiadas por mulheres idosas apresentam uma condição de vida melhor, comparada à das chefiadas por indivíduos não idosos, de modo geral (ALCÂNTARA, 2016).

O número de famílias chefiadas por mulheres é cada vez mais crescente, consequentemente está ocorrendo um decréscimo nas taxas de mulheres classificadas na categoria de outros parentes. Isso tem levado as idosas a assumir novos papéis no âmbito familiar, muitas vezes não esperados pela literatura, bem como pelas políticas (ALCÂNTARA, 2016). O autor coloca ainda que a literatura tem nomeado as famílias com idosos de “ninhos vazios”, no entanto apenas um terço das mulheres idosas encontram-se nessa categoria. As demais famílias são chamadas de “ninhos que estão enchendo de filhos e netos”, onde a aposentadoria da mulher tem assumido um papel de destaque na renda familiar. Portanto, pode-se dizer que um papel relevante tem sido desempenhado pela previdência social, tanto no âmbito urbano quanto no rural.

Foi perguntado às mulheres há quantos anos elas recebiam o benefício da previdência social e verificou-se que as idosas rurais eram aposentadas há quase 16 anos (15,92 anos), enquanto as idosas urbanas disseram estar aposentadas há 13 anos, ou seja, o tempo de recebimento da aposentadoria é superior para as idosas do meio rural. Isso pode estar ligado ao fato das mulheres residentes na zona rural terem direito a aposentadoria com 55 anos, cinco anos a menos que as urbanas. Além disso, foi indagado que tipo de benefício elas recebiam: 41,25% das idosas urbanas disseram que se aposentaram por idade, sendo esse número também relevante ao meio rural (21,25%).

Brumer (2002) relatou que esse grande número de mulheres idosas aposentadas por idade está diretamente relacionado com a dificuldade de comprovar que eram trabalhadoras rurais, pois o trabalho doméstico, em muitas situações, era desvalorizado, sendo o executado no campo, com seu cônjuge, considerado uma ajuda às atividades produtivas realizadas pelos homens.

Outro aspecto a ser destacado foi a grande porcentagem de idosas urbanas (18,75%) que possuíam dois tipos de benefícios, sendo eles a aposentadoria por idade e a aposentadoria por morte do cônjuge, o que não se assemelha ao rural, pois apenas 2,5% das entrevistadas recebiam a pensão por morte e eram aposentadas por idade. Esse grande contingente relacionado ao público urbano pode estar ligado ao elevado número de viúvas mostrado anteriormente.

De acordo com Camarano e Fernandes (2016), a legislação brasileira permite aos indivíduos acumular o benefício da pensão por morte e o da aposentadoria. Esse fator tem beneficiado o público feminino, uma vez que as mulheres possuem uma sobrevivência maior, comparada a de seus cônjuges. Além disso, o fato de grande parte das pensões por morte ser paga às mulheres, e elas possuírem maior participação no mercado de trabalho, pode influenciar diretamente o aumento de mulheres idosas recebendo duplo benefício.

É comum encontrar algumas dificuldades ao longo do processo de requerer um benefício. No entanto, 27,5% das entrevistadas residentes na zona rural disseram não ter encontrado nenhuma dificuldade, o que também foi confirmado pelas idosas urbanas, pois 48,75% disseram não ter enfrentado problemas com relação ao INSS para se aposentar. Entre as que encontraram algum tipo de problema ou dificuldade (20% urbanas e 3,75% rurais), a citada com maior frequência foi a dificuldade de comprovar a atividade rural, isto nos dois setores, uma vez que as entrevistadas residentes no meio urbano já tinham vivido na zona rural.

Foi questionado se no domicílio havia outro beneficiário da previdência social: 35% das mulheres que moravam na zona urbana e, somente, 7,5% das que viviam no meio rural disseram que não. Em contrapartida, 23,75% das idosas rurais relataram que possuíam outro beneficiário na residência, enquanto 33,75% das urbanas afirmaram possuir.

Das 80 entrevistadas, mais da metade (67,5%) era aposentada pela previdência rural, e destas 43,75% viviam na área urbana e 23,75% no meio rural. As que não afirmaram esse fato representavam 7,5% idosas rurais e 25% urbanas. Esses dados corroboram os de Alcântara (2016), visto que em sua pesquisa todos os entrevistados recebiam aposentadoria rural, e apesar desse valor muitas vezes não suprir todas as necessidades dos idosos, estes são considerados a principal fonte de renda desse grupo, que não precisa depender dos filhos ou de qualquer outro membro familiar. É importante destacar que além do amparo aos membros das famílias os idosos ainda contribuem significativamente com os filhos que não residem em seu domicílio, seja no cuidado com os netos ou ainda com alimento ou dinheiro.

Em virtude da importância da renda advinda da aposentadoria e, conseqüentemente, de essa se apresentar como sendo a principal renda dos domicílios brasileiros compostos por idosos, foi perguntado se além desse benefício as entrevistadas possuíam outra renda. Apenas 8,75% das mulheres que viviam na zona urbana afirmaram que sim, enquanto todas as entrevistadas da zona rural disseram que não, devendo ser ressaltado que 60% das entrevistadas urbanas corroboraram esse fato.

O impacto atribuído à aposentadoria se mostrou positivo tanto na vida das mulheres idosas residentes na zona rural quanto das idosas da área urbana; elas afirmaram que suas vidas melhoram ou melhoram muito após o acesso ao benefício. Esses resultados têm elevado o status das beneficiárias, fazendo que elas assumam a posição de assistentes, não mais de assistidas, com relação à sua família. Constatou-se assim que a política previdenciária tem apresentado resultados bastante satisfatórios do ponto de vista de uma política social, não sendo o seu funcionamento algo equacionado. No entanto, há, por parte do Estado, uma grande preocupação quanto à chamada “crise da previdência”, originada do atual sistema de repartição, o que tem inquietado a população idosa e gerado uma forte insegurança quanto à adoção de medidas que possam reduzir o benefício (ALCÂNTARA, 2016).

Com o intuito de comparar o papel que a aposentadoria representa na vida das entrevistas residentes na zona rural e urbana, foi utilizada a escala de *likert*, para medir o seu grau de satisfação, em que o número (1) corresponde a discorda fortemente, (2) discorda, (3) indecisa, (4) concorda e (5) concorda fortemente com as afirmações. Quanto mais próximo do número

5, mais elas concordaram com as afirmativas, e mais próximo a 1, elas discordam do que é alegado (Quadro 05).

Quadro 05- Grau de satisfação das entrevistadas com a aposentadoria, Pedra do Anta, MG, 2016.

Afirmativas	Residente	N	Média	Desvio-Padrão	Erro-Padrão da Média
1) Meus pais e idosos da época em que eu era novo não receberam aposentadoria e eu ficava com medo de chegar a essa idade e não conseguir aposentar	Zona urbana	55	3,44	1,463	0,197
	Zona rural	25	2,80	1,323	0,265
2) Antes da aposentadoria não recebíamos nem meio salário	Zona urbana	55	4,22	1,287	0,173
	Zona rural	25	4,52	1,122	0,224
3) A aposentadoria foi um presente que nós recebemos	Zona urbana	55	4,80	0,704	0,095
	Zona rural	25	4,52	1,122	0,224
4) Passávamos dificuldades financeiras antes de receber a aposentadoria	Zona urbana	55	4,44	1,118	0,151
	Zona rural	25	4,08	1,352	0,270
5) A aposentadoria é um alívio porque temos a garantia de receber nosso dinheiro todo mês	Zona urbana	55	4,82	0,696	0,094
	Zona rural	25	4,92	0,277	0,055
6) Antes da aposentadoria não tínhamos condição de comprar móveis, eletrodomésticos, carro, etc.	Zona urbana	55	4,76	0,637	0,086
	Zona rural	25	4,60	1,000	0,200
7) Depois que eu aposentei eu passei a ajudar meus filhos e netos	Zona urbana	55	2,91	1,295	0,175
	Zona rural	25	3,48	1,388	0,278
8) Com o dinheiro da aposentadoria eu faço viagens de passeio	Zona urbana	55	2,93	1,230	0,166
	Zona rural	25	2,88	1,130	0,226
9) A aposentadoria beneficiou mais as mulheres do que os homens	Zona urbana	55	3,44	1,316	0,177
	Zona rural	25	4,24	1,268	0,254
10) O valor da aposentadoria deveria ser maior que um salário	Zona urbana	55	4,65	0,907	0,122
	Zona rural	25	4,64	0,995	0,199

Fonte: Dados da pesquisa.

As afirmativas 2, 3, 4, 5, 6, 8 e 10 não apresentaram diferenças significativas com relação ao meio urbano e rural. No entanto, a partir dos dados do Quadro 06 podem-se destacar as afirmativas 1, 7 e 9. Quanto ao medo de não conseguir aposentar, as mulheres idosas urbanas se mostraram indecisas, já as rurais garantiram não ter pensado nessa hipótese. Apesar de se mostrar um pouco indecisa quanto perguntada se precisava ajudar os filhos, a mulher rural afirmou que passou a ajudar mais os filhos depois que se aposentou, o que diferiu da mulher urbana, que em algumas situações ficou indecisa e em outras alegou não precisar ajudá-los.

A aposentadoria se mostrou mais importante para a mulher do que para o homem. Os dados mostram um destaque para a mulher rural, que afirmou (4,24) que a aposentadoria teve um papel importante na sua vida. Já urbana, em algumas situações, se mostrou indecisa e em outras concordou com esse fato.

Muitas idosas relataram utilizar sua renda para realizar investimentos na propriedade ou para adquirir algum bem. Ao serem questionadas se fizeram algum tipo de investimento após a aposentadoria, 45% das idosas urbanas disseram que sim, enquanto 26,75% das mulheres rurais responderam de forma afirmativa. O tipo de investimento mais realizado pelas idosas urbanas (41,25%) e rurais (11,25%) foi reforma ou construção da casa. Em seguida, 3,75% das idosas rurais destacaram ter realizado a aquisição de veículo.

Quanto a exercer alguma atividade ou trabalho para geração de renda, quase todas (88,75%) afirmaram não realizar; apenas 11,25% das que compunham o setor urbano afirmaram fazer alguma atividade. Dentre as atividades mais citadas destacam-se: o trabalho na colheita de café, o trabalho doméstico em casas de família e as atividades relacionadas a costura, crochê e artesanato.

Em relação às atividades de lazer realizadas, 46,25% das idosas urbanas e 18,75% das rurais afirmaram participar de alguma atividade. O que se mostrou predominante entre elas foi a participação em festividades religiosas, viagens religiosas, bem como a visita a familiares. O restante, 22,5% das urbanas e 12,5% das rurais, afirmou não participar de nenhuma atividade de lazer.

No que se refere à participação ou não em algum grupo da comunidade ou da cidade, as idosas entrevistadas afirmaram que sim, no entanto a participação das idosas urbanas era mais frequente, visto que 47,5% relataram participar e apenas 13,75% idosas rurais fizeram a mesma afirmação. As que não participavam estavam 21,25% das urbanas e 17,5% das rurais. Quanto aos grupos de que elas participavam, 40% das idosas urbanas disseram ser associações ligadas à igreja. Somente 2,5% das idosas rurais participavam, o que se deve ao fato de residirem na zona rural, ou seja, afastado da cidade. Na sequência apareceu a participação em sindicatos rurais, sendo 3,75% participantes urbanas e 6,25% rurais.

Diante desses resultados, conclui-se que o benefício previdenciário possui relevância tanto para a mulher idosa que vive no meio urbano quanto no meio rural. No entanto, no meio rural o direito previdenciário possui maior destaque, o que pode estar ligado a vários fatores, como o direito à aposentadoria ter sido tardio se comparado ao do meio urbano.

7. CONCLUSÃO

Os resultados confirmam a importância que o benefício de seguridade social tem desempenhado na redução da pobreza da população idosa como um todo, principalmente no meio rural.

Com base nos resultados desta pesquisa, pode-se afirmar que envelhecer no meio rural ou na cidade apresentou aspectos bem similares, e contextualizar essas duas formas de realidade social permitiu compreender as mudanças trazidas após o acesso à aposentadoria, bem como o processo de envelhecimento marcado em cotidianos diferenciados. Além disso, com o estudo foi possível desconstruir a dicotomia entre o urbano e o rural, ressaltando suas interações, considerando as especificidades que demarcam cada lugar.

Constatou-se que a ampliação dos benefícios previdenciários trouxe o empoderamento da mulher, tanto na dimensão pessoal quanto familiar, uma vez que ela passou a assumir o papel de provedora, deixando de lado o de dependente. Esse rendimento tem afetado a dinâmica dos arranjos familiares, a estrutura produtiva do município e também a economia familiar como um todo. É de suma importância apresentar o papel de destaque da mulher idosa, permitido após o acesso ao benefício. Após o recebimento da aposentadoria, as mulheres passaram a ter a autonomia necessária para decidir o que fazer de suas vidas, ou seja, como usufruir dessa renda.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCÂNTARA, ADRIANA. **Envelhecer no contexto rural: a vida depois do aposento**. In: Política nacional do idoso : velhas e novas questões / Alexandre de Oliveira Alcântara, Ana Amélia Camarano, Karla Cristina Giacomini - Rio de Janeiro : Ipea, 2016. Disponível em: <<http://sbgg.org.br/wp-content/uploads/2016/10/Pol%C3%ADtica-Nacional-do-Idoso-velhas-e-novas-quest%C3%B5es-IPEA.pdf>> Acesso em: 01 de jul. 2017.

ALBUQUERQUE, F. J. B.; LÔBO, A. L.; RAYMUNDO, J. S. Análise das repercussões psicossociais decorrentes da concessão de benefícios rurais. **Revista Psicologia: Reflexão e Crítica**. Porto Alegre. V. 12, n. 2, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79721999000200016&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 11 jun. 2017.

AQUINO, J. R.; SOUZA, R. **Impactos socioeconômicos da Previdência Rural no Brasil: um estudo de caso no Município de Encanto/RN**. Rio Grande do Norte. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/6/663.pdf>>. Acesso em: 18 Ago. 2016.

AZEVEDO, E. L. As mulheres idosas também fazem história na política. **Revista Feminismos 1ª edição, 2013**. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/RevEnvelher/article/view/4817/2715>> Acesso em: 02 de jul. 2017.

BELTRÃO, K; CAMARANO, A. A; MELLO, J. L. **Mudanças nas condições de vida dos idosos rurais brasileiros: Resultados não-esperados dos avanços da seguridade rural.** Texto para discussão n° 1066, IPEA. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em:<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1066.pdf > Acesso em: 02 de jul. 2017.

BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas.** Florianópolis, v. 12, n.1, 2004. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21699>>. Acesso em: 24 mar. 2017.

BRUMER, A. **Previdência social rural e gênero.** Revista Sociologias. Porto Alegre, 2002, p. 50-81. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/soc/n7/a03n7>>. Acesso em: 02 Set. 2016.

CAMARANO, A. A; e FERNANDES, D. **A previdência social brasileira.** In: Política nacional do idoso : velhas e novas questões / Alexandre de Oliveira Alcântara, Ana Amélia Camarano, Karla Cristina Giacomini - Rio de Janeiro : Ipea, 2016. Disponível em:<<http://sbogg.org.br/wp-content/uploads/2016/10/Pol%C3%ADtica-Nacional-do-Idoso-velhas-e-novas-quest%C3%B5es-IPEA.pdf> >Acesso em: 01 de jul. 2017.

CORDEIRO, R. L. M. Vida de agricultoras e histórias de documentos no Sertão Central de Pernambuco. **Revista Estudos Feministas.** 2007, v. 15, n. 2. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/ref/v15n2/a12v15n2.pdf>>. Acesso em: 03 jan. 2017.

DEDECCA, C. S et al. Salário mínimo, benefício previdenciário e as famílias de baixa renda. **Revista brasileira de Estudos Populacionais.** São Paulo, v. 23, n. 2, p. 317-329, 2006. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v23n2/a08v23n2>>. Acesso em: 22 fev. 2017.

FERREIRA, C. R; SOUZA, S. C. I. As aposentadorias e pensões e a concentração dos rendimentos domiciliares per capita no Brasil e na sua área rural: 1981 a 2003. **Revista Economia e Sociologia Rural.** 2007, v. 45, n.4, pp. 985-1011. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/resr/v45n4/a08v45n4.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2017.

HORBACH, J. **Aposentadoria rural por idade e a influência desta renda no bem estar de famílias rurais do município de Horizontina.** Horizontina, 2012. Disponível em:<http://www.fahor.com.br/publicacoes/TFC/Economia/2012/Juliana_Horbach.pdf>. Acesso em: 03 Set. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2011). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/sinopse/default_sinopse.shtm>. Acesso em: 29 Ago. 2016.

KRETER, A. C; BACHA, C. J. C. Avaliação da equidade da Previdência no meio rural do Brasil. **Revista Economia e Sociologia Rural.** 2006, v.44, n.3, pp. 467-502. ISSN 1806-9479. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/resr/v44n3/a06v44n3.pdf>>. Acesso em: 11 dez. 2017.

MEDEIROS, M; SOUZA, P. H. G. F. Estado e desigualdade de renda no Brasil: fluxos de rendimentos e estratificação social. **Revista brasileira de Ciências Sociais.** 2013, v. 28, n.

83. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v28n83/09.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2017.

OLIVEIRA, A. **Estatuto do Idoso: comentado, legislação federal e completo com a coletânea das normas federais protetivas do idoso**. Rio de Janeiro: Imprinta Express: Five star, 2004.

PAUTASSI, L. C. Há igualdade na desigualdade? Abrangência e limites das ações afirmativas. **Revista internacional de Direitos Humanos**. 2007, vol.4, n.6, pp. 70-93. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/sur/v4n6/a05v4n6.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

RANGEL, L. A; et al. **Conquistas, Desafios e Perspectivas da Previdência Social no Brasil VINTE anos após a promulgação da Constituição Federal de 1988**. 2008. Disponível em:<http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas_sociais/05_cap02_7e.pdf>. Acesso em: 08 Set. 2016.

REIS, P. R. C. et al. Impactos das Aposentadorias e Pensões no Nível de Bem-Estar Social dos Domicílios de Minas Gerais. **Revista Contabilidade e Finanças**. São Paulo, v. 26, n. 67, 2015. Disponível em:<http://www.scielo.br/pdf/rcf/v26n67/pt_1519-7077-rcf-26-67-00106.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2016.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi verificar a influência da aposentadoria rural no *habitus* da mulher idosa que vive no campo e na cidade, bem como as possíveis mudanças a partir do recebimento do benefício previdenciário. Analisou-se, especificamente, a influência da aposentadoria rural na vida das mulheres idosas; as mudanças na visão social de mundo das mulheres idosas após o acesso ao benefício da previdência social rural, e, ainda, comparou-se o impacto percebido pela mulher rural e urbana após o recebimento da aposentadoria. O diferencial desta pesquisa foi analisar as mudanças no *habitus* da mulher idosa, bem como as mudanças na sua visão social de mundo, uma vez que após essas mudanças as entrevistadas tiveram suas práticas marcadas por uma nova forma de ver a vida e por novas práticas em termo de padrões de consumo e investimento.

A análise dos dados permitiu concluir que a aposentadoria tem uma função extremamente importante para a reprodução das famílias, sendo, em muitos casos, a única fonte de rendimento domiciliar. Nesse sentido, confirmamos a tese de que a previdência social desempenha um importante papel na economia de diversos municípios, sejam eles de grande, médio ou pequeno porte, destacando-se ainda como um dos principais instrumentos de distribuição de renda e de combate à pobreza no Brasil, principalmente no que se refere ao público feminino.

Ficou evidente a importância que o direito à aposentadoria tem na vida das mulheres idosas, pois por ser uma renda regular traz estabilidade, refletindo no seu bem-estar e de suas famílias. Essa realidade se apresentou com bastante clareza no município pesquisado. Após a realização desta pesquisa e diante das limitações impostas pelo estudo, faz-se necessária a realização de outras pesquisas relacionadas ao mesmo tema, procurando dar maior aprofundamento à problemática.

APÊNDICE I – Questionário

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DOMÉSTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA DOMÉSTICA**

QUESTIONÁRIO Nº _____

Projeto de Mestrado:

Nome do projeto: A influência do benefício da previdência social no *habitus* da mulher idosa que vive no campo e na cidade, em um pequeno município da Zona da Mata mineira.

Data da entrevista: / / 2016

Responsável pela entrevista: Núbia Cristina de Freitas

Idosa residente na Zona () Rural ou () Urbana

Município: Pedra do Anta

PERFIL SOCIOECONÔMICO:

1. Idade:

2. Estado Civil:

- () Casada/morando junto
- () Viúva
- () Separada
- () Divorciada
- () Solteira

3. Qual a situação do domicílio da Sr.ª?

- () Alugado
- () Casa própria
- () Cedida
- () Outro. Especificar: _____

4. A Sr.ª possui filhos?

- () Sim. Quantos? _____

() Não

5. Com quem a Sr.^a vive em casa?

() Sozinha

() Com o companheiro

() Com filhos

() Com netos

() Genro/nora

() Outros

Total de pessoas: _____

6. Escolaridade

- A Sr.^a frequentou a escola?

() Sim

() Não

Se, sim. Até que série a Sr.^a estudou? _____

7. Renda média mensal: _____

8. Quem administra a renda na sua família?

() O marido

() O marido e o(s) filho(s)

() Todos em conjunto

() Você

() Filho / filha / tutor

DADOS SOBRE A APOSENTADORIA:

9. A Sr.^a está aposentada há quanto tempo? _____

10. Tipo de Benefício?

() Aposentadoria por idade

() Aposentadoria por tempo de contribuição

- ☐ Aposentadoria por invalidez
- ☐ Pensão por morte do cônjuge
- ☐ Benefício de Prestação Continuada (BPC)
- ☐ Outro: _____

11. Enfrentou algum problema para ter acesso ao benefício? (Marque até três respostas necessárias).

- ☐ Desconhecimento dos direitos dos trabalhadores
- ☐ Desatenção ou desinformação dos funcionários do INSS ou dos Correios
- ☐ Dificuldade para comprovar idade
- ☐ Dificuldade para comprovar atividade rural (documentação ou entrevista)
- ☐ Dificuldade para comprovar invalidez
- ☐ Dificuldade para juntar os documentos exigidos pelo INSS
- ☐ Não enfrentou problemas
- ☐ Outros (especificar): _____

12. Há mais algum beneficiário da previdência social residente no lar?

- ☐ Sim , qual é o grau de parentesco? _____ Desde que ano? _____
- ☐ Não

13. Mesmo aposentada, a Sr.^a exerce alguma atividade remunerada?

- ☐ Sim (☐ Não. Se sim, qual? _____

14. A Sr.^a possui outra renda além da aposentadoria?

- ☐ Sim. Qual? _____
- ☐ Não

15. Alguém depende da sua renda mensal?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- Se sim. Quem? _____

SIGNIFICADO DA APOSENTADORIA:

16. Ao lado de cada um dos enunciados apresentados abaixo, por favor indique se a Sr.^a concorda fortemente (CF), concorda (C), discorda (D), discorda fortemente (DF) ou está indecisa (I) em relação às afirmações sobre o papel da aposentadoria na vida da senhora.

AFIRMATIVAS	CF	C	D	DF	I
1) Meus pais e idosos da época em que eu era novo não receberam aposentadoria e eu ficava com medo de chegar a essa idade e não conseguir aposentar					
2) Antes da aposentadoria não recebíamos nem meio salário					
3) A aposentadoria foi um presente que nós recebemos					
4) Passávamos dificuldades financeiras antes de receber a aposentadoria					
5) A aposentadoria é um alívio, porque temos a garantia de receber nosso dinheiro todo mês					
6) Antes da aposentadoria não tínhamos condição de comprar móveis, eletrodomésticos, carro, etc.					
7) Depois que eu aposentei eu passei a ajudar meus filhos e netos					
8) Com o dinheiro da aposentadoria eu faço viagens de passeio					
9) A aposentadoria beneficiou mais as mulheres do que os homens					
10) O valor da aposentadoria deveria ser maior que um salário					

17. A vida da Sr.^a mudou depois da aposentadoria?

- ☐ Melhorou muito
- ☐ Melhorou pouco
- ☐ Ficou igual
- ☐ Piorou um pouco
- ☐ Piorou muito

APLICAÇÃO DA RENDA DA APOSENTADORIA:

18. Em relação ao benefício da aposentadoria, como a Sr.^a gasta?

- ☐ Viagens
- ☐ Cuidado pessoal
- ☐ Visita a parentes
- ☐ Aquisição de equipamentos domésticos
- ☐ Outros (especificar): _____

19. Com quais itens abaixo a Sr.^a gasta mais sua renda da aposentadoria?

(Elencar em ordem de prioridade)

- ☐ Despesas da casa
- ☐ Compra móveis e eletrodomésticos
- ☐ Faz reforma na casa
- ☐ Compra roupas
- ☐ Lazer
- ☐ Guarda o dinheiro em uma poupança
- ☐ Paga os atendimentos privados para consultas com médicos
- ☐ Compra de medicamentos
- Outros: _____

20. Quais investimentos foram feitos após a aposentadoria?

- ☐ Aquisição de terras
- ☐ Aquisição de veículos (utilitários)
- ☐ Aquisição de equipamentos ou máquinas
- ☐ Construção e reforma da casa

() Outros investimentos (especificar) _____

CONSUMO:

21. Gostaríamos de saber os bens que a Sr.^a possui e os investimentos que fez nos últimos anos.

Item que possui	Possui?			Tempo de aquisição do bem	
	Sim	Não	Nº	Depois da aposentadoria	Adquiriu há quanto tempo?
Sofá					
Televisão					
Aparelho de DVD					
Aparelho de Som					
Rádio					
Vídeo Cassete					
Antena parabólica					
Telefone Celular					
Telefone Fixo					
Fogão a gás					
Refrigerador					
Freezer					
Liquidificador					
Batedeira					
Micro-ondas					
Tanquinho					
Máquina de lavar roupas					
Ventilador					
Ferro elétrico					

Máquina de costura					
Mesa de jantar					
Cama					
Armário de cozinha					
Guarda-roupa					
Cômoda					
Estante/Rack					
Acesso à internet					
Outros					

CARACTERÍSTICAS DO DOMICÍLIO

22. Após se tornar beneficiária da previdência social mudou de domicílio?

() Sim

() Não - **(Pular para a questão 25)**

23. Onde se localizava o domicílio anterior ao que mora hoje?

() Zona urbana

() Zona rural

24. Características da moradia atual e da última (anterior a atual), caso exista.

a) A atual moradia tem paredes de:

() Alvenaria

() Madeira

() Madeira aproveitada

- ☐ Taipa não revestida
- ☐ Outo (especificar):_____

b) A última moradia tinha paredes de:

- ☐ Alvenaria
- ☐ Madeira
- ☐ Madeira aproveitada
- ☐ Taipa não revestida
- ☐ Outo (especificar):_____

c) Qual é o número de cômodos da moradia atual:_____

d) Qual era o número de cômodos da última moradia:_____

e) A atual moradia é:

- ☐ Própria
- ☐ Alugada
- ☐ Cedida
- ☐ Outro (especificar):_____

f) A última moradia era:

- ☐ Própria
- ☐ Alugada
- ☐ Cedida
- ☐ Outro (especificar):_____

g) A principal forma de abastecimento de água da moradia atual é:

- ☐ Rede geral
- ☐ Torneira pública ou chafariz
- ☐ Carro-pipa
- ☐ Cisterna
- ☐ Poço ou nascente
- ☐ Rio, açude ou barreiro

- ☐ Água do vizinho
- ☐ Outro (especificar):_____

h) A principal forma de abastecimento de água da última moradia atual era:

- ☐ Rede geral
- ☐ Torneira pública ou chafariz
- ☐ Carro-pipa
- ☐ Cisterna
- ☐ Poço ou nascente
- ☐ Rio, açude ou barreiro
- ☐ Água do vizinho
- ☐ Outro (especificar):_____

i) O principal tipo de instalação sanitária da moradia atual é:

- ☐ Rede geral
- ☐ Fossa séptica
- ☐ Fossa comum (rudimentar)
- ☐ Não tem
- ☐ Outro (especificar):_____

j) O principal tipo de instalação sanitária da última moradia era:

- ☐ Rede geral
- ☐ Fossa séptica
- ☐ Fossa comum (rudimentar)
- ☐ Não tinha
- ☐ Outro (especificar):_____

k) O principal tipo de abastecimento de luz da moradia atual é:

- ☐ Com acesso à rede geral
- ☐ Com acesso a motor
- ☐ A querosene
- ☐ Não tem
- ☐ Outro (especificar):_____

l) O principal tipo de abastecimento de luz da última moradia era:

- ☐ Com acesso à rede geral
- ☐ Com acesso a motor
- ☐ A querosene
- ☐ Não tinha
- ☐ Outro (especificar):_____

m) A moradia atual tem telefone?

- ☐ Sim
- ☐ Não

n) A última moradia tinha telefone?

- ☐ Sim
- ☐ Não

o) A moradia atual possui acesso à internet?

- ☐ Sim
- ☐ Não

p) A última moradia possuía acesso à internet?

- ☐ Sim
- ☐ Não

q) A moradia atual possui quais dos utensílios domésticos citados (marque mais de uma resposta se necessário):

- ☐ Fogão à lenha
- ☐ Fogão a gás
- ☐ Geladeira
- ☐ Televisor
- ☐ Rádio
- ☐ Freezer
- ☐ Antena parabólica

() Outro (especificar): _____

r) A última moradia possuía quais dos utensílios domésticos citados (marque mais de uma resposta se necessário):

() Fogão à lenha

() Fogão a gás

() Geladeira

() Televisor

() Radio

() Freezer

() Antena parabólica

() Outro (especificar): _____

ATIVIDADES DE LAZER:

25. O Sr.^a realiza alguma atividade de lazer?

() Sim, qual?

() Não

() Encontro da terceira idade

() Danças

() Viagens religiosas

() Ginástica

() Jogo de baralho

() Fazer visitas a familiares e aos filhos

() Outros: _____

26. Você participa de algum grupo na comunidade ou na cidade?

() Sindicato de Trabalhador Rural

() Sindicato de Produtor Rural

() Associação ligada ao turismo

() Reuniões e encontros da Emater

() Associações ligadas à igreja

() Outros: _____

Obrigada pela colaboração!

APÊNDICE II - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

A Sra. está sendo convidada a participar, como voluntária, da pesquisa “**A INFLUÊNCIA DO BENEFÍCIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL NO *HABITUS* DA MULHER IDOSA QUE VIVE NO CAMPO E NA CIDADE EM UM PEQUENO MUNICÍPIO DA ZONA DA MATA MINEIRA**”. Nesta pesquisa pretendemos analisar a influência do benefício da previdência social no *habitus* da mulher idosa que vive no campo e na cidade, considerando as mudanças advindas a partir do recebimento do benefício. O motivo que nos leva a desenvolver a pesquisa é o fato de sabermos da grande importância da aposentadoria como política social para as mulheres idosas. Deste modo, acredita-se que a partir da análise dos impactos do benefício na vida das idosas, será possível contribuir para a formulação de políticas públicas específicas, que atendam essas idosas que vivenciaram cotidianos diferenciados ao longo do processo de envelhecimento. Além disso, o presente estudo também servirá para a valorização da mulher idosa tanto no âmbito familiar quanto no social. Para esta pesquisa adotaremos os seguintes procedimentos: O primeiro passo será selecionar as idosas que serão entrevistadas. Em seguida, será estabelecido contato com as mulheres idosas para o agendamento da visita domiciliar, onde se fará entrevistas semiestruturadas (duração 1 hora). A entrevista abordará o perfil socioeconômico, pessoal e familiar das idosas e as principais mudanças decorrentes a partir do recebimento do benefício da previdência social.

Durante a entrevista, caso você se sinta incomodada com alguma pergunta ou questionamento, você tem o direito de não responder ou opinar sobre o assunto, podendo participar apenas das discussões que se sinta à vontade, respondendo somente aquelas perguntas que desejar. É seu direito ainda desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, sem que isso lhe cause qualquer prejuízo.

Ao participar da pesquisa você terá a oportunidade de mostrar quais foram as mudanças trazidas pelo recebimento da aposentaria, bem como trazer como esse benefício influenciou o seu dia a dia. Se esta renda lhe proporcionou melhorias na qualidade de vida, bem como ajudou na aquisição de algum bem. Enfim, você trará qual foi a importância da aposentadoria na sua vida, e se essa trouxe mudanças, quais foram essas mudanças.

Para participar deste estudo a Sra. não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, caso sejam identificados e comprovados danos provenientes desta pesquisa a Sra. tem assegurado o direito à indenização. A Sra. tem garantido a liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem necessidade de comunicado prévio. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que a Sra. é atendida pelo pesquisador. Os resultados da pesquisa estarão a sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material (fotografias e depoimentos) não serão divulgados sem sua permissão.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável, no “Programa de Pós-graduação em Economia Doméstica, e a outra será fornecida à Sra.

Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa, e depois desse tempo serão destruídos. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e confidencialidade, atendendo à legislação brasileira, em especial, à Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, e utilizarão as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

Eu, _____, contato _____, fui informada dos objetivos da pesquisa **“A INFLUÊNCIA DO BENEFÍCIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL NO HABITUS DA MULHER IDOSA QUE VIVE NO CAMPO E NA CIDADE EM UM PEQUENO MUNICÍPIO DA ZONA DA MATA MINEIRA”** de maneira clara e detalhada, e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar. Declaro que concordo em participar. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer minhas dúvidas.

Viçosa, _____ de _____ de 20____.

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador

Pesquisador Responsável: Núbia Cristina de Freitas
Endereço: Departamento de Economia Doméstica
Universidade Federal de Viçosa
Av. PH Rolfs, s/n – Campus Universitário
Cep: 36570-900 Viçosa/MG
Telefone: (31) 3899-1640
Email: nubia.freitas@ufv.br

Em caso de discordância ou irregularidades sob o aspecto ético desta pesquisa, você poderá consultar:

CEP/UFV – Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos
Universidade Federal de Viçosa
Edifício Arthur Bernardes, piso inferior
Av. PH Rolfs, s/n – Campus Universitário

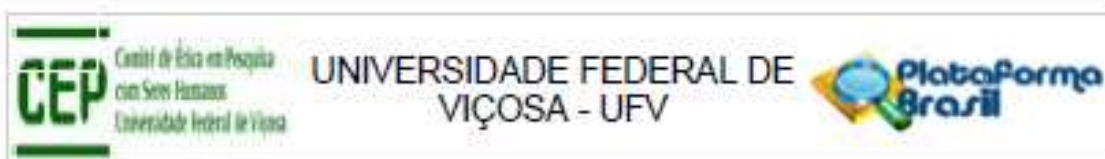
Cep: 36570-900 Viçosa/MG

Telefone: (31)3899-2492

Email: cep@ufv.br

www.cep.ufv.br

ANEXO I - Parecer consubstanciado do CEP-UFV



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A INFLUÊNCIA DO BENEFÍCIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL NO HABITUS DA MULHER IDOSA QUE VIVE NO CAMPO E NA CIDADE EM UM PEQUENO MUNICÍPIO DA ZONA DA MATA MINEIRA.

Pesquisador: Simone Caldas Tavares Mafra

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 57657816.8.0000.5153

Instituição Proponente: Departamento de Economia Doméstica

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.668.655

Apresentação do Projeto:

Pesquisa de mestrado. Serão realizadas entrevistas semiestruturadas (duração 1 hora) com as mulheres idosas, abordando o perfil socioeconômico, pessoal e familiar das idosas e as principais mudanças decorrentes a partir do recebimento do benefício da previdência social.

Objetivo da Pesquisa:

Analisar a influência do benefício da previdência social no habitus da mulher idosa que vive no campo e na cidade, considerando as mudanças advindas a partir do recebimento do benefício.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: Constrangimento, exposição da entrevistada e fadiga na resposta das questões colocadas. Para evitar esses riscos, a pesquisadora garante que as participantes poderão responder somente as questões com as quais se sintam à vontade. Poderão também desistir de participar da pesquisa a qualquer momento.

Benefícios: Contribuir para a formulação de políticas públicas específicas, que atendam as idosas no processo de envelhecimento. Valorizar a mulher idosa tanto no âmbito familiar quanto no social.

Endereço: Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes
Bairro: Campus Universitário **CEP:** 36.570-900
UF: MG **Município:** VIÇOSA
Telefone: (31)3899-2492 **E-mail:** cep@ufv.br

Continuação do Parecer: 1.698.695

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa será realizada em Pedra do Anta.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Apresentados conforme exigências da Resolução.

Recomendações:

Quando da coleta de dados, o TCLE deve ser elaborado em duas vias, rubricado em todas as suas páginas e assinado, ao seu término, pelo convidado a participar da pesquisa ou responsável legal, bem como pelo pesquisador responsável, ou pessoa(s) por ele delegada(s), devendo todas as assinaturas constar na mesma folha.

Não é necessário apresentar os TCLEs assinados ao CEP/UFV. Uma via deve ser mantida em arquivo pelo pesquisador e a outra é do participante da pesquisa.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Ao término da pesquisa é necessário apresentar, via notificação, o Relatório Final (modelo disponível no site www.cep.ufv.br). Após ser emitido o Parecer Consubstanciado de aprovação do Relatório Final, deve ser encaminhado, via notificação, o Comunicado de Término dos Estudos.

Projeto analisado durante a 6ª reunião de 2016, realizada no dia 04 de agosto de 2016.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_740589.pdf	07/07/2016 09:29:04		Aceito
Outros	Roteirodaentrevista.pdf	07/07/2016 09:26:48	Núbia Freitas	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Tcle.pdf	07/07/2016 09:26:11	Núbia Freitas	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.pdf	07/07/2016 09:25:58	Núbia Freitas	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO.pdf	07/07/2016 09:22:25	Núbia Freitas	Aceito

Endereço: Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes
Bairro: Campus Universitário CEP: 36.570-900
UF: MG Município: VIÇOSA
Telefone: (31)3899-2492 E-mail: cep@ufv.br

Continuação do Parecer: 1.888.655

Cronograma	CRONOGRAMA NOVO.pdf	07/07/2016 09:21:29	Núbia Freitas	Acelto
Folha de Rosto	scan.pdf	07/07/2016 09:01:21	Núbia Freitas	Acelto

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

VICOSA, 09 de Agosto de 2016

Assinado por:
 HELEN HERMANA MIRANDA HERMSDORFF
 (Coordenador)

Endereço: Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes
 Bairro: Campus Universitário CEP: 36.570-900
 UF: MG Município: VICOSA
 Telefone: (31)3899-2492 E-mail: cep@ufv.br